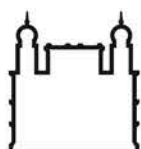


CADERNOS CRIS-FIOCRUZ

PANORAMA DA RESPOSTA GLOBAL À COVID-19



INFORME 10 PRODUZIDO PELO CRIS-FIOCRUZ, SOBRE A SEMANA DE 17 A 24 DE JUNHO DE 2020



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



RESPOSTA GLOBAL À COVID-19

uma visão do ponto de vista socioeconômico, diplomático e sanitário

(Sumário produzido pelo CRIS-Fiocruz na semana de 17 a 24 de junho de 2020)

Apresentação

Chegamos a décima edição dos Cadernos CRIS-Fiocruz, uma coletânea de relatos do cenário global da resposta à COVID-19. Um fato importante na semana foi a linda homenagem da Academia Nacional de Medicina aos 120 anos da Fiocruz que, embora transmitida virtualmente contou com a presença dos dois presidentes Rubens Belfort e Nísia Trindade, além de autoridades e muitos convidados. Outros dois fatos de grande relevância da semana foram a Reunião do Conselho dos Direitos Humanos da ONU e a Reunião do Comitê Executivo da OPAS (reuniões virtuais).

A pandemia da COVID19 tem mantido sua curva ascendente no Brasil, com São Paulo tendo batido mais um recorde no número de mortes diárias em pleno processo de abertura das atividades econômicas, que muitos epidemiologistas ainda acham precoce. A epidemia tem se espalhado pelo interior do país já atingindo grande número de cidades de médio porte. O número de casos pode ainda aumentar devido a entrada do inverno. Segundo estudiosos, o processo epidêmico ainda promete dias difíceis pela frente em todos os continentes, seja por novos casos ou por novas ondas de casos.

Quanto às respostas globais em P&D, a dexametasona foi comprovada como medicamento útil nos casos graves de COVID19, já com processos inflamatórios generalizados, e foi anunciado o início dos testes em humanos de diferentes candidatos à vacina. Uma destas vacinas candidatas, de Oxford/ExtraSinica, começou a ser testada em São Paulo pela UNIFESP, em pessoas com testagem negativa para anticorpos. Outra notícia é que a Fiocruz é forte candidata a produzir a vacina no Brasil, uma vez que tem instalações e plataformas necessárias à produção.

A semana terminou com fato relevante para a diplomacia brasileira com a confusão que ocorreu com a diplomacia americana por conta do deslocamento urgente do ex-Ministro da Educação, Abraham Weintraub, para os EUA.

O CRIS-Fiocruz está preparando um seminário virtual com o Embaixador Amorim para discutir o panorama global pós-pandemia, que, uma vez marcado, será divulgado pelos canais de comunicação da instituição.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2020

Paulo M. Buss

Luiz Eduardo Fonseca

SUMÁRIO

4. **RESPOSTA DAS NAÇÕES UNIDAS À COVID-19**
Santiago Alcázar
6. **RESPOSTA DA OMS-OPS E EUA À COVID-19**
Luiz Augusto Galvão
9. **RESPOSTA DA OEA À PANDEMIA DE COVID-19**
Luana Bermudez
11. **RESPOSTA DO BANCO MUNDIAL À COVID-19**
Isis Pillar Cazumbá e Miryam Minayo
15. **RESPOSTA DO FMI À COVID-19**
Isis Pillar Cazumbá e Miryam Minayo
18. **RESPOSTA DO BID À COVID-19**
Isis Pillar Cazumbá e Miryam Minayo
20. **RESPOSTA DO G20 E DA OCDE À COVID-19**
Luiz Eduardo Fonseca
24. **RESPOSTA À COVID-19 NA AMÉRICA LATINA**
Sebastián Tobar e Carlos Linger
28. **O CONTINENTE AFRICANO E A COVID-19**
Augusto Paulo Silva/Felix Rosenberg
32. **RESPOSTA DA EUROPA À COVID-19**
Ana Helena, Leticia, Ilka Vilar do
36. **RESPOSTA DA ÁSIA SUDESTE, PACÍFICO OCIDENTAL E ORIENTE MÉDIO À COVID19**
Lúcia Marques
41. **RESPOSTA DA CHINA À COVID19**
André Lobato

43ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos: o caso George Floyd.

Na sexta-feira, dia 19 de junho de 2020, a 43ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, reuniu-se para *debate urgente* – o quinto desde a instalação do Conselho, em 2006 – a propósito do racismo e da brutalidade policial. A ocasião fora a enorme repercussão do assassinato de George Floyd por policiais de Minneapolis, no Estado de Minnesota, no dia 25 de maio anterior. Mais de seiscentos grupos de direitos humanos vinham pedindo investigação sobre violência policial após a morte de George Floyd.

A 43ª Sessão acabou adotando por consenso o projeto de Resolução A/43/L.50 *The promotion and protection of the human rights and fundamental freedoms of Africans and of people of African descent against police brutality and other violations of human rights*¹.

A Alta Comissária para Direitos Humanos, Michelle Bachelet, fez pronunciamento na ocasião, pelo qual sublinha diferentes aspectos dos eventos que se seguiram. Valeria a pena ressaltar dois parágrafos, sem desmerecer os demais, pelo que contém de um despertar de consciência.

O primeiro refere-se ao sentimento de ultraje por parte de pessoas que não se sentem adequadamente atendidas e ouvidas por seus respectivos governos, uma vez que a onda de protestos em todos os Estados norte-americanos estendeu-se por muitos outros países, configurando um fenômeno de alcance global. Há com efeito um vazio entre representantes e representados, que vem se tornando maior, refletido no sentimento de ultraje, a que se refere a Alta Comissária. O pleito democrático não esgota o desdobramento da democracia. A crise, esta crise, exhibe a rigidez daquela progressão. Cria-se assim o esvaziamento do político, que originariamente é o cuidado com a *polis*, a comunidade, para dar vazão ao cuidado com o mercado. A observação da Senhora Bachelet, nesse contexto, é um poderoso testemunho da insatisfação generalizada com o *normal* que permitiu a violência policial, como também com o descaso do Governo com um horizonte de questões mal resolvidas ou ignoradas, que tocam na questão racial, obviamente, mas não se fecham nela. O fenômeno que se observa poderá ser transformador para uma nova realidade, no escopo do que alguns dizem ao referirem-se à necessidade de um *novo normal* após a pandemia.

O segundo parágrafo da intervenção da Senhora Bachelet que menciona o começo de um despertar é o que ressalta o fato de que milhões, espalhados por toda parte, estão tomando consciência da realidade da discriminação sistêmica sofrida por terceiros e passam a reclamar para esses seus irmãos que os respectivos governos o tratem com a mesma igualdade, justiça e respeito. É significativo que se tenha podido assistir ao brutal assassinato, filmado, fotografado, reproduzido e compartilhado por milhões para que a ficha finalmente caia. Os movimentos sociais contra os efeitos da globalização são conhecidos de todos, mas a indignação que se vê nas imagens de manifestações pacíficas pode ser o sinal da construção de um novo normal, que não será o de antes. Para nós, atento ao que se passa nas Nações Unidas e na OMS, as palavras do Secretário Geral, António Guterres e as do Diretor Geral Tedros Adhanom sobre o novo normal soam como palavras de ordem daquelas manifestações.

¹ <https://undocs.org/A/HRC/43/L.50>

Talvez não seja gratuito que William Barr, o Advogado Geral da União dos EUA (*US Attorney-General*), tenha feito pronunciamento, na mesma sexta-feira, dia 19 de junho, que os manifestantes antifascistas seriam tratados como terroristas internos. William Barr não se deteve para explicar se todos os manifestantes eram antifascistas, nem para qualificar o que entendia por antifascistas. A declaração de Barr, no entanto, mostra uma clara preocupação com essa onda de protestos que pode, de fato, transformar todas as equações para apresentar um novo normal. E é ao menos curioso, que o Advogado William Barr parece identificar os antifascistas como uma praga de dimensões bíblicas, que tem de ser erradicada. A Relatora Especial das Nações Unidas para a proteção de direitos humanos e direitos fundamentais, a Senhora Fionnuala Ní Aoláin, ao comentar a fala do Senhor Barr, disse que era lamentável que os EUA tenham optado para responder às manifestações de modo prejudicial àqueles direitos fundamentais.

O projeto de Resolução A/HRC/43/L.50 (até o presente, o texto definitivo não se encontra disponível) foi apresentado por Burkina Faso, em nome da União Africana, pelo Irã e a Palestina, estes dois não têm assento no momento naquele Conselho. A parte preambular do texto faz menção aos principais instrumentos de direitos humanos, entre os quais caberia citar a resolução histórica sobre discriminação racial nos EUA adotada na primeira sessão ordinária da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana, celebrada de 17 a 24 de julho de 1964, no Cairo², bem como a declaração da Comissão Interamericana de Direitos Humanos³.

A parte resolutiva inicia com forte condenação à continuada discriminação racial e às práticas violentas perpetradas pela polícia contra africanos e pessoas de descendência africana. No segundo parágrafo, a resolução expressa alarme com a brutalidade policial contra manifestantes pacíficos que defendiam os direitos dos africanos e dos descendentes de africanos. Note-se que a própria resolução expressa esse sentimento insatisfação com o normal, bem como a consciência de um despertar talvez transformador.

Em sucessão de parágrafos, o texto decide estabelecer uma comissão internacional independente de inquérito para estabelecer fatos e circunstâncias sobre racismo nos EUA e em outros países; solicita à comissão examinar a resposta nos três níveis de governo; pede a colaboração do Governo dos EUA e outras partes do mundo para facilitar o trabalho da comissão; e solicita à comissão relatório oral para as 45ª e 46ª sessões e relatório escrito para a 47ª sessão.

É de se notar a singularização dos EUA no texto da resolução, que sofre, assim, grande humilhação no âmbito do Conselho. Cabe lembrar que todos esses eventos ocorrem no meio à pior pandemia de que se tem notícia, com dados extremamente negativos com respeito ao tratamento dispensado à COVID-19 pelo do Governo Trump. O novo normal, neste contexto, deve ser muito mais do que uma nova economia, como disse o Secretário-Geral, Antônio Guterres.

² https://au.int/sites/default/files/decisions/9514-1964_ahg_res_1-24_i_e.pdf

³ https://www.oas.org/en/iachr/media_center/PReleases/2020/129.asp

Resposta da OMS-OPS e EUA à COVID-19

Luiz Augusto Galvão

Organização Mundial da Saúde (OMS)

O Diretor-Geral expressou sua preocupação com a aceleração da Pandemia em todo o mundo e continuou expressando sua preocupação com os países de baixa e média renda e o impacto dela nas populações mais vulneráveis.

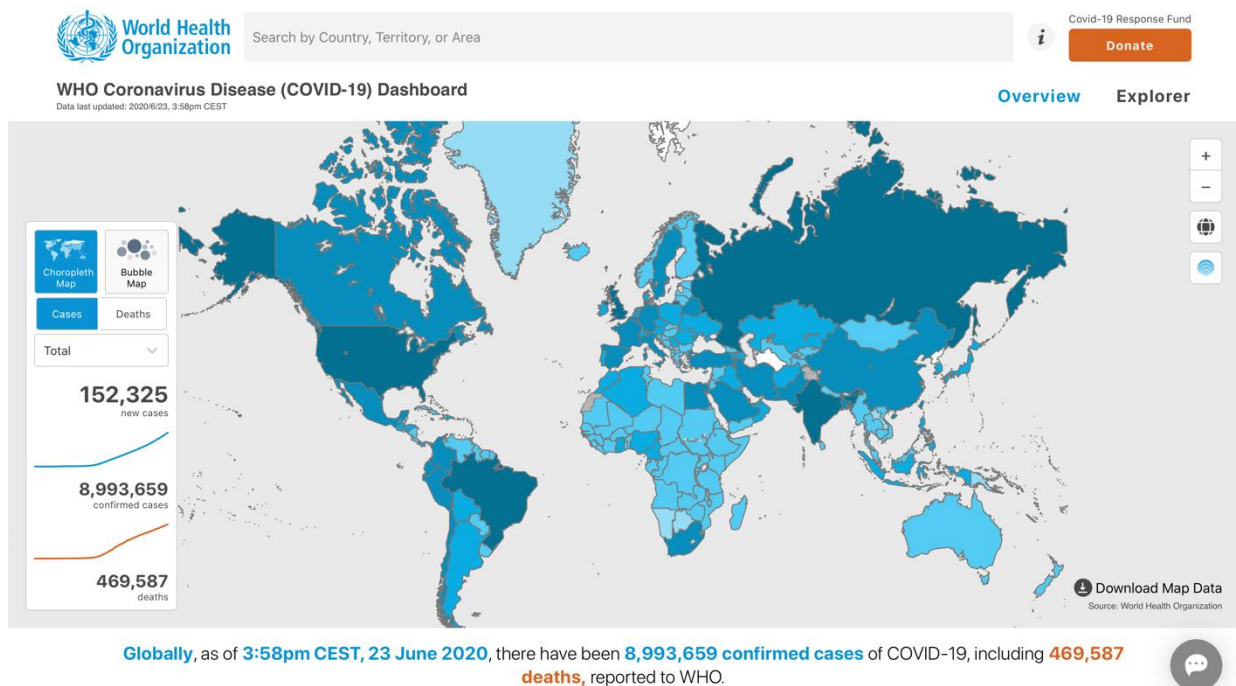
Também foi motivo da fala do Diretor a questão do balanço necessário entre a volta às atividades socioeconômicas e a continuidade dos cuidados preventivos para evitar um novo episódio que possa gerar a perda de vidas humanas de forma desnecessária. Outro tema que foi discutido no âmbito da OMS foi a questão da volta das atividades esportivas e as medidas necessárias para que isso não represente um risco sem controle das autoridades sanitárias. Uma reunião global com mais de 500 participantes reviu as alternativas e tomou nota de recomendações que deverão ser implementadas.

Nos próximos dias 1 e 2 de julho a OMS fará uma segunda reunião sobre prioridades de pesquisa relacionado à COVID-19, com participação da Fiocruz

Dia 27 de junho haverá um novo show global com vários artistas para continuar a campanha de advertência e mobilização de recursos:

<https://www.globalcitizen.org/en/connect/globalgoalunite/>

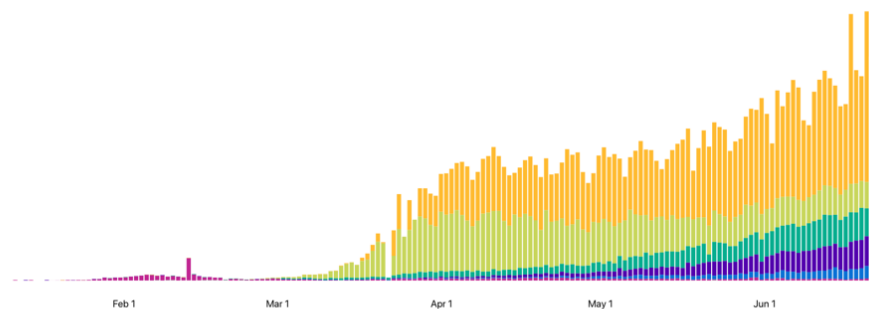
A situação geral pode ser apreciada no mapa abaixo.



Case Comparison

WHO Regions

Americas	4,437,946 confirmed cases
Europe	2,562,642 confirmed cases
Eastern Mediterranean	933,052 confirmed cases
South-East Asia	620,115 confirmed cases
Africa	232,215 confirmed cases
Western Pacific	206,948 confirmed cases



Source: World Health Organization

OPAS

A OPS realizou de forma virtual a 166ª sessão do seu comitê executivo de 22-23 junho de 2020.

O informe da situação da COVID-19 na Região incluiu a preocupação pelo quadro socioeconômico da região que está bem informado pela CEPAL no seu observatório: <https://www.cepal.org/en/topics/covid-19> e no informe especial sobre desafios sociais nos tempos da COVID-19: <https://www.cepal.org/en/topics/covid-19>.

Ainda que não se tenham os detalhes da reunião as resoluções que devem ser aprovadas incluem o estabelecimento de uma mudança na governança institucional, em particular no que diz respeito a implementação de mecanismos de análise de risco sobre projetos extra orçamentários de grande vulto que poderiam causar danos econômicos e de reputação à organização.

Também deve ser aprovado uma proposta para a realização do conselho diretivo de forma virtual nos dias 28 e 29 de setembro de 2020, com uma agenda reduzida a temas que sejam indispensáveis para a operação da OPS ou aqueles relacionados à COVID-19.

Não se espera nenhuma mudança imediata em relação ao recebimento de quotas atrasadas, portanto as várias resoluções aprovadas em reunião extraordinária que autoriza medidas financeiras para dar continuidade as operações da OPS, incluindo a resposta à Pandemia da COVID-19 deve seguir vigente.

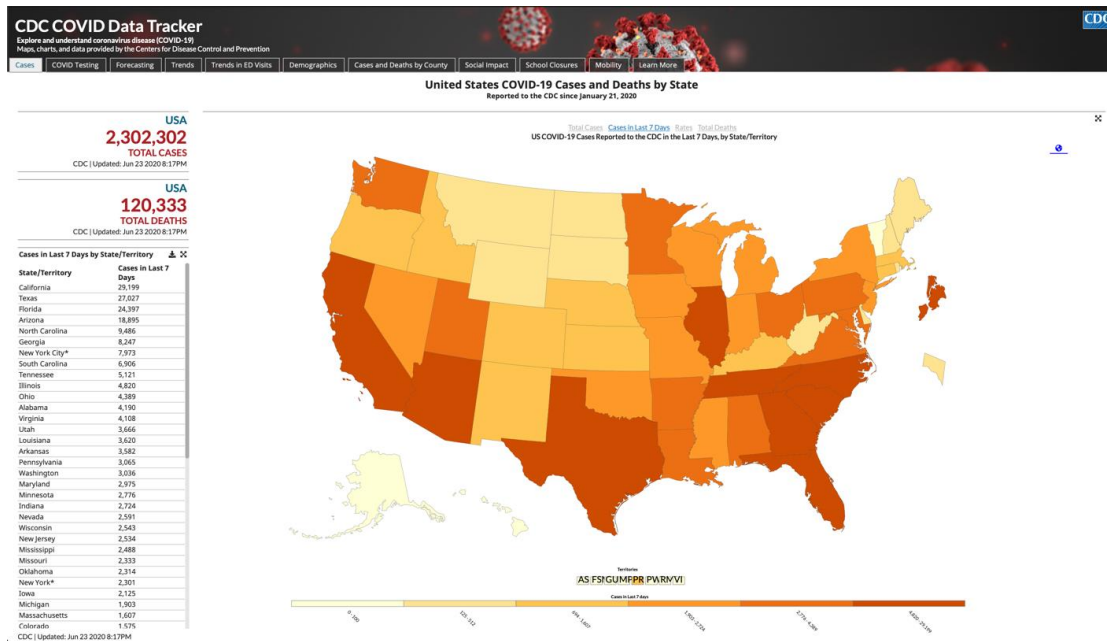
Outra medida que deve seguir seu curso é o Grupo de Trabalho dos Estados-Membros (MSWG) que deverá entregar ao 58º Conselho Diretor as recomendações sobre as prioridades estratégicas da OPS previamente estabelecidas no Orçamento do Programa da Organização Pan-americana da Saúde 2020-2021, e no Plano Estratégico da Organização Pan-americana da Saúde 2020-2025.

EUA

Nos EUA está sendo registrado um aumento do número de casos na última semana e segundo o Dr. Fauci, principal assessor do Governo sobre a COVID-19, as próximas duas semanas serão cruciais para ver a tendência na implementação das recomendações sobre a abertura da economia e o retorno às atividades econômicas. Está estimado que esse aumento se estabilize se as autoridades locais tomarem as providencias recomendadas e continuem a implementar o esquema de testagem e busca ativa de casos e contatos.

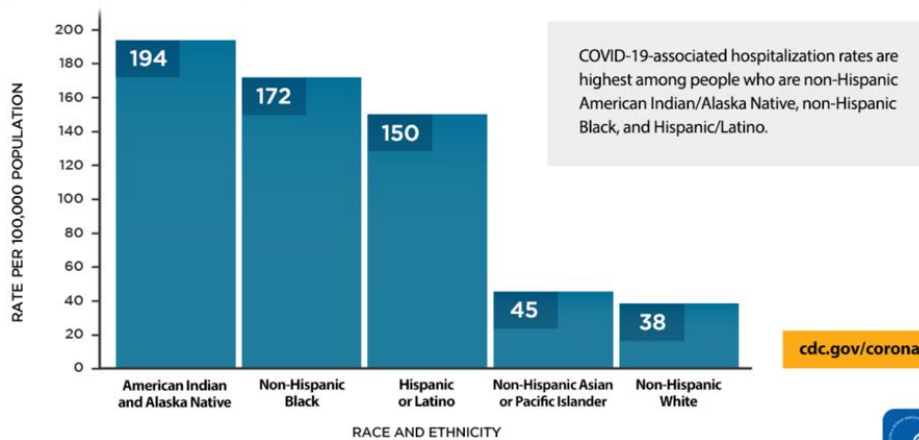
Ao meio da crise sanitária segue um intenso debate da sociedade americana sobre temas relacionados a eventos históricos que por vezes tem gerado aglomerações que poderiam dificultar o combate à COVID-19.

A situação geral pode ser observada no gráfico abaixo extraído de fontes oficiais citadas.



Age-adjusted COVID-19-associated hospitalization rates by race and ethnicity

COVID-NET, MARCH 1 - JUNE 6, 2020



Rates are statistically adjusted to account for differences in age distributions within race/ethnicity strata in the COVID-NET catchment area. Rates are based on available race and ethnicity data which is now complete in 80% of cases from COVID-NET sites. COVID-19-associated hospitalization rates for American Indian and Alaska Natives may be impacted by recent outbreaks among specific communities within this population and the small numbers of American Indian and Alaska Natives cases included in COVID-NET.



CS317587

Resposta da OEA à pandemia de COVID-19

Luana Bermudez

Conselho Permanente (CP) e o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)

<https://www.youtube.com/watch?v=Lzp0PaKXo9A>

https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=AVI-071/20

O Conselho Permanente (CP) e o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) realizaram uma reunião conjunta no dia 17 de junho com o tema de *Construção de resiliência após a Pandemia de Covid-19*. A reunião contou com a participação de 24 países membros, incluindo o Brasil, e começou com um painel de discussão de expertos. O painel teve a participação de:

- Dr. Justin Ram, Economista Independente e CEO da GSec e Justin Ram Advisory Services
- Sir George Alleyne, Diretor Emérito, Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)
- Sr. Federico Villarreal, Diretor de Cooperação Técnica, Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA)
- Miguel Barreto, Diretor Regional para a América Latina e o Caribe, Programa Mundial para a Alimentação (PMA)
- Sra. Elizabeth Riley, Diretora Executiva Interina, Agência de Gestão de Emergências em Desastres do Caribe (CDEMA)

Os expertos levantaram diversos temas que acreditam ser relevantes para a construção de resiliência no contexto da pandemia, como a importância de uma abordagem regional; a importância da segurança alimentar; a inclusão de grupos em situação vulnerável nos programas de proteção social dos estados membros, como os migrantes e refugiados; a necessidade de uma estratégia integral de gestão de desastres; a necessidade de melhoria de oportunidades econômicas; a importância da proteção ambiental; proteção de infraestrutura; entre outros. Dentre os diversos temas mencionados, cabe destacar a menção à **garantia de sistemas de saúde resilientes**, ou seja, sistemas de saúde com a capacidade de absorver mudanças e manter o serviço de qualidade para a população mesmo durante e depois de crises. Este tema já é discutido há anos e sempre é levantado depois de surtos de doenças infecciosas, como no caso das epidemias de H1N1, Ebola, Chikungunya, Zika, e/ou depois desastres naturais que afetam o bem estar da população, como furacões, terremotos, enchentes, deslizamentos de terra, etc. Essas emergências acabam destacando deficiências estruturais importantes nos nossos sistemas de saúde, o que não foi diferente no caso da atual Pandemia de Covid-19. Uma importante diferença entre a emergência atual e as anteriores, é que essa afetou também sistemas de saúde considerados robustos de países de alta renda, como é o caso da Europa. O que nos leva a perceber a real importância de uma reflexão e discussão sobre o fortalecimento dos sistemas de saúde.

O tema já foi levantado diversas vezes pela Diretora da OPAS, Carissa Etienne, em seus discursos em eventos internacionais. Em 2016, o 55º Conselho Diretivo da OPAS aprovou um documento intitulado “Sistemas de Saúde Resilientes” delineando uma série de esforços necessários para garantir que os sistemas de saúde estejam preparados para futuras emergências de saúde pública

com foco na cooperação técnica nas áreas de preparação para desastres, redução de riscos e resposta; vigilância de doenças e gestão de surtos; e saúde universal.

<https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2016/CD55-9-e.pdf>

Depois da apresentação dos expertos, foi aberta a sessão para comentários dos países membros, que contou com a participação do Brasil. Os países reiteraram a importância da construção de resiliência durante e pós-pandemia para responder ao impacto desta crise multissetorial e multidimensional, ressaltaram a importância do multilateralismo e do papel da OEA no contexto da pandemia, e compartilharam o que seus governos vem implementando para mitigar estes impactos. Cabe destacar que a representante da Guatemala informou que está trabalhando em um projeto de resolução para a próxima Assembleia Geral da OEA com um plano de ação para uma agenda interamericana de desenvolvimento social no contexto da Pandemia de Covid-19, abordando o impacto econômico da pandemia e a necessidade de fortalecer as medidas de proteção social com base nos objetivos de desenvolvimento sustentável. Ela mencionou que já possui o apoio de diversos países membros, que também reforçaram esse apoio em seus pronunciamentos.

Secretaria Geral

O Dia Mundial dos Refugiados foi celebrado no dia 20 de junho, então a Secretaria Geral da OEA organizou, em conjunto com o Rotary Washington, uma conferência sobre migrantes e refugiados nas Américas no contexto da Covid-19 para discutir desafios e soluções multissetoriais. A conferência foi realizada no dia 23 de junho e teve a participação das Ministras de Relações Exteriores da Colômbia e El Salvador, os Secretários Gerais da OEA e do Rotary International, e representantes de organismos internacionais e sociedade civil, como OIM, Conselho Empresarial da América Latina (CEAL), além de representantes técnicos da OEA e do Rotary Club.

https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=AVI-077/20

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

Também por ocasião do Dia Mundial dos Refugiados, a CIDH publicou um comunicado aos países membros destacando os desafios para a proteção dos direitos dos refugiados e solicitando que os mesmos tomem medidas urgentes no contexto da pandemia, destacando que emergência sanitária internacional potencializou os riscos já existentes, colocando este grupo em uma situação ainda mais vulnerável. No comunicado, a CIDH reconhece os esforços já exercidos por diversos países da região, destaca o potencial de contribuição de migrantes e refugiados na resposta à pandemia, por exemplo no fortalecimento do pessoal de saúde e de outros serviços essenciais, e insta os países a redobrem seus esforços para a proteção desse grupo.

<http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2020/142.asp>

Além disso, a CIDH também realizou dois webinars como parte das atividades de sua Sala de Coordenação e Resposta Oportuna e Integrada (SACROI) à Pandemia de Covid-19. O primeiro foi realizado no dia 16 de junho sobre a situação das pessoas defensoras de direitos humanos no contexto da pandemia e o Segundo foi realizado no dia 18 de junho sobre a situação dos direitos das pessoas LGBTI no contexto da pandemia.

http://www.oas.org/es/cidh/SACROI_COVID19/webinars.asp

Resposta do Banco Mundial à COVID-19

Isis Pillar Cazumbá e Miryam Minayo

Iniciativas do Banco Mundial pelo mundo

Etiópia, 17 de junho de 2020 - O Banco Mundial aprovou US \$ 250 milhões (doação de US \$ 125 milhões e crédito de US \$ 125 milhões) em financiamento suplementar para o Segundo Financiamento de Políticas de Desenvolvimento Programático em Crescimento e Competitividade da Etiópia. Esse financiamento é destinado para ajudar o país a revitalizar a economia, ampliando o papel do setor privado e alcançando um caminho de desenvolvimento mais sustentável.

O financiamento suplementar ajudará a mitigar o impacto da crise COVID-19 em andamento na agenda de reformas do governo. Especificamente, o programa visa ajudar a atender algumas das necessidades imprevistas de financiamento que o Governo da Etiópia está enfrentando devido à crise da COVID-19. Estima-se que as necessidades adicionais de financiamento sejam de aproximadamente US \$ 1,5 bilhão, uma vez que a arrecadação de receita deve enfraquecer e são necessários gastos adicionais para mitigar os impactos econômicos e de saúde pública da crise.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/06/17/world-bank-provides-additional-support-to-help-ethiopia-mitigate-the-economic-impacts-of-covid-19>

República Dominicana, 18 de junho de 2020 - O Banco Mundial aprovou hoje um empréstimo de US \$ 100 milhões para apoiar a resposta à emergência da COVID-19 na República Dominicana. Esse financiamento ajudará os esforços do país para limitar os impactos adversos da COVID-19, abordando os riscos imediatos à saúde e os efeitos socioeconômicos nas famílias pobres e vulneráveis. Anteriormente, em março de 2020, o Banco Mundial desembolsou US \$ 150 milhões de uma linha de crédito contingente para desastres e eventos relacionados à saúde. Esse novo empréstimo eleva o financiamento total do Banco Mundial para a crise a US \$ 250 milhões.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/06/18/banco-mundial-aprueba-us100-millones-para-respuesta-de-la-republica-dominicana-ante-la-covid-19>

Senegal, 19 de junho de 2020 - O Banco Mundial aprovou US \$ 100 milhões - metade em concessão e metade em crédito - da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)* para ajudar o governo do Senegal a responder ao impacto social e econômico da pandemia e

melhorar o acesso a serviços para os mais vulneráveis. Esse financiamento fornecerá dinheiro adicional para o orçamento do governo para cobrir medidas anti-crise.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/06/19/senegal-covid-19-response-gets-additional-financial-boost-from-world-bank>

Bangladesh, 19 de junho de 2020 - O Banco Mundial aprovou para Bangladesh o valor de US \$ 1,05 bilhão para projetos que acelerem a recuperação econômica provocada pela pandemia da COVID-19.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/06/19/world-bank-provides-bangladesh-over-1-billion-to-create-quality-jobs-and-respond-to-covid-19-pandemic>

Ferramenta para Transparência da dívida e do investimento para melhores resultados

Em abril, o Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial e os Ministros das Finanças do G20 endossaram a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) em resposta a um pedido do Banco Mundial e do FMI de conceder suspensão do serviço da dívida aos países mais pobres para ajudá-los a gerenciar o grave impacto da crise.

Desde o surto de COVID-19, as economias em desenvolvimento sofreram saídas de capital sem precedentes. Para reverter essas saídas e tornar a dívida e o investimento mais produtivos, o BM considera essencial adotar princípios sólidos de transparência tanto da dívida como do investimento.

No sentido de oferecer transparência, o BM anunciou em 19 de junho uma ferramenta que divulga novas informações sobre a composição do país credor dos pagamentos anuais projetados do serviço da dívida dos 73 países elegíveis para alívio no âmbito da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI). É um balcão virtual único para as informações mais recentes sobre o DSSI. Ele destaca as economias potenciais para cada país elegível - tanto em dólares quanto em porcentagem do PIB. Isso permite que os visitantes procurem informações mais detalhadas por país a partir do banco de dados do Sistema de Relatórios de Devedores (DRS) do Grupo Banco Mundial e fornecem links úteis para informações relacionadas, como perguntas e respostas sobre DSSI e outros documentos importantes do Banco Mundial e do G20. As partes interessadas - governos, bem como o setor privado e o público em geral – poderão acompanhar o progresso que está sendo feito na implementação do DSSI, destacando a crescente importância da transparência da dívida.

O BM considera que é apenas um começo. O objetivo é aumentar a amplitude e a qualidade dos dados da dívida disponíveis.

How DSSI Benefits Low-Income Countries

(The estimates are current as of June 15, 2020. They will be updated once a week.)

Country	DSSI Participation?	Risk of external debt distress ²	Risk of overall debt distress ²	Date of DSA Publication	Potential DSSI Savings ¹ (in USD millions)	Potential DSSI Savings ¹ (in % of 2019 GDP)
Afghanistan	Yes	High	High	Dec-19	\$54.9	0.3%
Angola	Yes	—	—	—	\$3,373.0	3.7%
Bangladesh	No	Low	Low	Sep-19	\$319.8	0.1%
Benin	No	Moderate	Moderate	Dec-19	\$13.1	0.1%
Bhutan	No	Moderate	—	Oct-18	\$206.1	7.3%
Burkina Faso	Yes	Moderate	Moderate	Apr-20	\$23.3	0.2%
Burundi	No	High	—	Apr-15	\$3.9	0.1%
Cabo Verde	Yes	High	High	Apr-20	\$14.9	0.7%
Cambodia	No	Low	Low	Dec-19	\$204.7	0.8%
Cameroon	Yes	High	High	Feb-20	\$276.1	0.7%
Central African Republic	Yes	High	High	Jan-20	\$6.3	0.3%
Chad	Yes	High	High	Apr-20	\$61.0	0.5%
Comoros	Yes	Moderate	Moderate	Aug-19	\$2.3	0.3%
Democratic Republic of the Congo	Yes	Moderate	Moderate	Dec-19	\$104.4	0.2%
Republic of Congo	Yes	In distress	In distress	Jan-20	\$146.2	1.3%
Côte d'Ivoire	Yes	Moderate	Moderate	Dec-19	\$231.3	0.5%
Djibouti	Yes	High	High	Oct-19	\$59.2	2.5%
Dominica	Yes	High	—	Sep-18	\$4.4	0.8%
Ethiopia	Yes	High	High	Jan-20	\$570.6	0.6%
FI ³	No	—	—	—	\$13.3	0.3%
The Gambia	Yes	High	High	Apr-20	\$11.5	0.7%

Senegal	Yes	Moderate	Moderate	Jan-20	\$131.7	0.5%
Sierra Leone	Yes	High	High	Dec-18	\$7.0	0.2%
Solomon Islands	No	Moderate	Moderate	Feb-20	\$1.5	0.1%
Somalia	No	In distress	In distress	Mar-20	—	—
South Sudan	No	In distress	In distress	Jun-19	—	—
St. Lucia ³	No	—	—	—	\$4.0	0.2%
St. Vincent and the Grenadines	No	High	High	Feb-19	\$4.0	0.5%
Tajikistan	Yes	High	High	May-20	\$63.4	0.8%
Tanzania	Yes	Low	—	Jan-18	\$148.9	0.2%
Timor-Leste	No	Low	Low	May-19	—	—
Togo	Yes	Moderate	High	Oct-19	\$25.8	0.5%
Tonga	No	High	—	Jan-18	—	—
Tuvalu	No	High	—	Jul-18	—	—
Uganda	No	Low	Low	May-19	\$95.6	0.3%
Uzbekistan	No	Low	Low	May-19	\$195.4	0.4%
Vanuatu	Yes	Moderate	Moderate	Jun-19	\$65.5	0.7%
Yemen	No	—	—	—	\$142.7	0.5%
Zambia	Yes	High	High	Aug-19	\$142.6	0.6%
TOTAL					\$12,169.5	

¹Estimated debt service payments owed. DRS data based on monthly projections for May-December 2020, based on end-2018 public and publicly guaranteed debt outstanding and disbursed. Data for South Sudan, Vanuatu, Tuvalu, Kiribati, and Marshall Islands are not available. GDP data based on Oct. 2019 WEO.

²Reflects published DSA ratings as of end-May 2020.

³Not covered under joint Bank-Fund Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries.

<https://www.worldbank.org/en/topic/debt/brief/covid-19-debt-service-suspension-initiative>

Atuação do BM no Deslocamento forçado durante o COVID-19

Globalmente, estamos enfrentando a pior crise de deslocamento forçado desde a Segunda Guerra Mundial. Mais de 79 milhões de pessoas foram deslocadas à força em todo o mundo devido a conflitos, incluindo 26 milhões de refugiados, de acordo com os últimos números anuais do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

A partir de julho, o fundo do Banco Mundial para os países mais pobres - IDA - **fornecerá US \$ 2,2 bilhões em três anos** em apoio às comunidades que recém os refugiados. Isso se soma ao investimento de US \$ 1,5 bilhão nos últimos três anos, apoiando 32 operações do Banco Mundial em 14 países de baixa renda que abrigam refugiados.

Uganda, o maior país anfitrião da África, recebe mais de um milhão de refugiados da região, com uma política e práticas de porta aberta para refugiados. O Banco Mundial, por meio de um abrangente programa de deslocamento forçado, facilitou a prestação de serviços sociais e oportunidades econômicas essenciais para refugiados e comunidades anfitriãs, por exemplo, por meio do **Projeto Resposta ao Desenvolvimento para Impactos de Deslocamentos (DRDIP)**. O apoio aos planos nacionais de resposta a refugiados e comunidades anfitriãs ajuda o governo a fornecer serviços de saúde, educação, água e meio ambiente aos refugiados.

Etiópia, o segundo maior país anfitrião da África, possui cerca de 730.000 refugiados da Eritreia, Somália, Sudão do Sul e Sudão. Foi aprovada uma Proclamação de Refugiados revisada em 2019, que dá aos refugiados um caminho para viver fora dos campos, trabalhar no setor formal e acessar serviços nacionais de saúde e educação. Para ajudar a implementar as políticas do

governo, o Banco Mundial forneceu mais de US \$ 200 milhões para apoiar oportunidades econômicas para refugiados e comunidades anfitriãs. Agora o BM está desenvolvendo um programa para ajudar as crianças refugiadas a entrar e ter sucesso nas escolas nacionais.

Em Bangladesh, o BM apoiou o governo e as agências da ONU para vigilância, testes, prevenção e controle de infecções, bem como esforços de comunicação e envolvimento da comunidade em torno do COVID 19.

No entanto, não se trata apenas de países de baixa renda. A **Colômbia**, por exemplo, recebeu mais de 1,8 milhão de migrantes e refugiados venezuelanos em suas comunidades nos últimos anos. O governo da Colômbia regularizou progressivamente o status legal de muitos venezuelanos, permitindo-lhes entrar no mercado de trabalho e acessar serviços de educação e saúde. Isso inclui acesso garantido aos migrantes venezuelanos que têm COVID-19 ou podem estar infectados - o mesmo atendimento oferecido a qualquer cidadão colombiano. Juntamente com o Mecanismo de Financiamento Concessional Global (GCFF), o Banco Mundial ajudou o governo a atender a essas necessidades. Apoiamos o desenvolvimento e a implementação de uma estrutura política de médio prazo para resposta, bem como novos programas de saúde e moradia para migrantes e comunidades anfitriãs, juntamente com conselhos práticos e assistência técnica.

<https://blogs.worldbank.org/voices/forced-displacement-during-covid-19-crisis-refugees-host-communities-developing-countries-world-refugee-day>

Artigo Banco Mundial: *Simulating the Potential Impacts of COVID-19 School Closures in Schooling and Learning Outcomes: a set of global estimates*

O fechamento de escolas devido à pandemia da COVID-19 deixou mais de um bilhão de estudantes fora da escola. Os governos estão adotando uma variedade de abordagens para mitigar o fechamento de escolas. Ao mesmo tempo, todos os países estão passando pelas maiores contrações econômicas das suas vidas, reduzindo os orçamentos públicos e a renda das famílias. Que efeito essa tempestade pode ter sobre no desempenho escolar e no aprendizado?

O artigo apresenta os resultados de simulações considerando diferentes períodos de fechamento das escolas (3, 5 e 7 meses) e diferentes níveis de efetividade da mitigação (principalmente aprendizado remoto), resultando em um cenário global otimista, intermediário e pessimista.

A COVID-19 pode resultar em uma perda de 0,6 anos de escolaridade ajustada à qualidade, reduzindo os anos efetivos de escolaridade básica que as crianças atingem durante a vida escolar de 7,9 anos para 7,3 anos.

Dito de outra forma, na ausência de ação política eficaz, cada aluno hoje no ensino fundamental e médio poderia enfrentar, em média, uma redução de US \$ 872 nos ganhos anuais. Isso equivale aproximadamente a US \$ 16.000 ao longo da vida profissional de um estudante a valor presente.

Disponível em:

<http://documents.worldbank.org/curated/en/885601592484683223/pdf/Simulating-the-Potential-Impacts-of-COVID-19-School-Closures-on-Schooling-and-Learning-Outcomes-A-Set-of-Global-Estimates.pdf>

Resposta do FMI à COVID-19

Isis Pillar Cazumbá e Miryam Minayo

Este relatório foi elaborado com informações contidas no site oficial do Fundo Monetário Internacional. Segundo a fonte, o Fundo não está medindo esforços para socorrer os países que estão pedindo ajuda para equilibrar as suas contas em decorrência da pandemia da COVID-19.

Iniciativas do FMI pelo mundo

Libéria

Em 5 de junho, a Junta Executiva do Fundo FMI aprovou o desembolso de US\$ 50 milhões a ser sacado no âmbito do *Rapid Credit Facility*. Isso, juntamente com o alívio da dívida aprovado em 13 de abril, ajudará a atender às necessidades urgentes da balança de pagamentos da Libéria, principalmente decorrentes das necessidades fiscais necessárias para responder à pandemia. A pandemia está atingindo a Libéria em um momento em que a atividade econômica já estava em declínio. O crescimento real do PIB para 2019 é estimado em -2,5%, uma vez que a confiança do setor privado permaneceu fraca, enquanto a inflação permanece alta. Além disso, a vulnerabilidade a choques exógenos permaneceu alta, pois os buffers fiscais e externos eram baixos. Não se sabe a extensão total do impacto da COVID-19, mas agora o crescimento é projetado em -2,5% para 2020, devido principalmente ao bloqueio interno e externo que afeta negativamente a demanda doméstica, remessas líquidas, entradas de capital e serviços bancários. Na ausência de apoio, os mais pobres sentirão o maior impacto, pois há pouca rede de proteção social, e a segurança alimentar daqueles que dependem de renda diária incerta é uma preocupação premente. A pandemia abre uma necessidade de balança de pagamentos de US \$ 150 milhões (5,1% do PIB) em 2020, que em grande parte decorre de um déficit de receita doméstica projetado em US \$ 119 milhões.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2020/06/12/Liberia-Request-for-Disbursement-under-the-Rapid-Credit-Facility-Press-Release-Staff-Report-49508>

Papua Nova Guiné

No dia 09 de junho, o Conselho Executivo do FMI aprovou o desembolso de US \$ 363,6 milhões em financiamento de emergência para ajudar a Papua Nova Guiné a atender às necessidades urgentes da balança de pagamentos criadas pela COVID-19. O apoio financeiro do FMI fornece recursos às autoridades para manter a estabilidade macroeconômica com o objetivo de ajudar o setor privado afetado adversamente pela COVID-19. Para lidar com a pandemia, o Governo da Papua Nova Guiné tomou medidas para apoiar empresas, trabalhadores e famílias a salvaguardar a saúde e os meios de subsistência da população.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/06/09/pr20238-papa-new-guinea-imf-executive-board-approves-disbursement-to-address-the-covid-19-pandemic>

Guatemala

No dia 10 de junho, o Conselho Executivo do FMI aprovou o pedido da Guatemala de assistência financeira de emergência - *Rapid Financing Instrument* (RFI) de cerca de US \$ 594 milhões para ajudar o país a atender às necessidades urgentes da balança de pagamentos decorrentes da

pandemia da COVID-19. Os fundos fornecerão recursos oportunos para combater o impacto econômico e social da pandemia e catalisar apoio adicional de outros parceiros de desenvolvimento. As autoridades guatemaltecas adotaram medidas rápidas e abrangentes para conter a propagação do vírus e mitigar seu impacto econômico.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/06/10/pr20241-guatemala-imf-executive-board-approves-us-594-million-in-emergency-assistance>

Ruanda

A economia de Ruanda foi severamente impactada pela pandemia da COVID-19, com perdas mais fracas nas receitas de demanda doméstica e um forte declínio nas exportações e remessas. Sendo assim, no dia 11 de junho, o FMI aprovou US \$ 111,06 milhões, um segundo desembolso sob o mecanismo de crédito rápido - *Rapid Credit Facility* (RCF), elevando o total do apoio emergencial COVID-19 do FMI a Ruanda para US \$ 220,46 milhões para ajudar o país a sobreviver nesse período pandêmico vivido. Os recursos adicionais do RCF ajudarão a aliviar as necessidades de financiamento, inclusive saúde, proteção social e apoio aos setores e grupos vulneráveis mais impactados.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/06/11/pr20242-rwanda-imf-executive-board-approves-additional-us-111-06m-disbursement-address-covid19>

Tanzânia

Em 12 de junho de 2020, a Junta Executiva do Fundo aprovou uma doação do Fundo de Contenção e Alívio de Catástrofes (CCRT) do FMI para cobrir o serviço de dívida da Tanzânia devida ao FMI até o dia 13 de outubro de 2020, o equivalente a 14,3 milhões de dólares. Serão concedidos benefícios adicionais, cobrindo o período de 14 de outubro de 2020 a 13 de abril de 2022, sujeitos à disponibilidade de recursos na CCRT, potencialmente elevando o alívio total do serviço da dívida para o equivalente a cerca de US \$ 25,7 milhões.

O alívio do serviço da dívida contribuirá para amortecer as necessidades da balança de pagamentos da Tanzânia decorrentes da pandemia da COVID-19. A pandemia enfraqueceu as perspectivas macroeconômicas de curto prazo para a Tanzânia. O país está enfrentando uma redução drástica nas receitas do turismo e pressões orçamentárias. O alívio do serviço da dívida do FMI sob o Fundo de Contenção e Socorro de Catástrofes liberará recursos públicos para ajudar a resolver a pandemia no país. As autoridades estão comprometidas em usar os recursos adicionais para os fins pretendidos e de maneira transparente, inclusive por meio de auditorias *ex post* dos gastos relacionados à COVID-19. Para lidar com os riscos restantes, será importante salvaguardar o financiamento apropriado para a saúde e outros gastos sociais prioritários no orçamento do EF2020 / 21, além de garantir uma cooperação estreita com a OMS, agências multilaterais e doadores.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2020/06/12/United-Republic-of-Tanzania-Request-for-Debt-Relief-under-the-Catastrophe-Containment-and-49509>

Guiné

O Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um desembolso de SDR 107,1 milhões (cerca de US \$ 148 milhões) para a Guiné sob a facilidade de crédito rápido (RCF). Isso, juntamente com o alívio da dívida recebido em 13 de abril sob o Fundo de Contenção e Alívio de Catástrofe

(CCRT), ajudará o país a atender às necessidades urgentes de balança de pagamentos e financiamento fiscal decorrentes do impacto negativo das medidas de pandemia e mitigação da COVID-19. O financiamento do FMI também contribuirá para catalisar o apoio financeiro dos doadores.

A Guiné está sendo severamente afetada pela pandemia da COVID-19. O agravamento das condições globais e um surto local em rápida expansão deterioraram as perspectivas de crescimento da Guiné a curto prazo e dificultaram as exportações de mineração e as receitas fiscais.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/06/19/pr20244-guinea-imf-executive-board-approves-us-million-disbursement-to-address-the-covid-19-pandemic>

Resposta do BID à COVID-19

Isis Pillar Cazumbá e Miryam Minayo

Iniciativas do BID

BID apoia o fortalecimento do desenvolvimento produtivo da Colômbia

O BID aprovou um empréstimo de US \$ 850 milhões à Colômbia. O projeto inclui a adoção de políticas públicas que promovam inovação, empreendedorismo e produtividade empresarial, consideradas essenciais para ajudar o país a se recuperar dos impactos da pandemia da COVID-19.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-supports-strengthen-colombias-productive-development>

Laboratório do BID lança desafio de inovação para revitalizar o setor de turismo em 15 países

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio de seu laboratório de inovação, o BID Lab e em colaboração com a Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas (UNWTO), busca identificar modelos de negócios para transformar e revitalizar o setor de turismo. Para esse fim, está lançando um desafio de inovação ao qual organizações do setor público e privado podem se inscrever até 31 de julho deste ano.

O desafio tem como objetivo identificar inovações em duas categorias: desenvolvimento da força de trabalho do turismo, que precisa adquirir novas habilidades digitais para a fase de recuperação, e sustentabilidade ambiental, que inclui a implementação de medidas de gestão de resíduos por meio de modelos de economia circular, bem como agricultura agrícola inteligente em termos de clima práticas.

O Laboratório do BID considerará candidatos do setor público e privado para implementar o projeto nos seguintes 15 países: Bahamas, Barbados, Belize, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Suriname, e Trinidad e Tobago.

Os pedidos de financiamento não reembolsável de assistência técnica podem ir de US \$ 250.000 a US \$ 500.000. No caso de empréstimos, os valores podem variar de US \$ 500.000 a US \$ 2.000.000. Os candidatos deverão contribuir com pelo menos 50% do orçamento total do projeto.

De acordo com a OMT, o setor de turismo está entre os mais atingidos pelo surto da COVID-19. Antes da pandemia atual, o turismo era um dos maiores setores econômicos do mundo,

apoiando um em cada dez empregos (319 milhões) em todo o mundo e respondendo por 10,4% do PIB global.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-lab-launches-innovation-challenge-revitalize-tourism-sector-15-countries>

BID, everis NTT Data e Microsoft fornecem aos governos soluções digitais durante o COVID-19

O BID, em parceria com a everis NTT Data e a Microsoft se uniram para fornecer aos governos da América Latina e do Caribe (LAC) soluções digitais imediatas por meio da plataforma Digi / Gob, ajudando a garantir a continuidade dos procedimentos administrativos durante a pandemia da COVID-19. Por meio dessa parceria, a everis NTT Data e a Microsoft estão fornecendo aos governos uma solução digital pronta para uso de forma gratuita e compartilhando conhecimentos técnicos, enquanto o BID trabalha com os governos locais para obter uma implementação rápida.

O Digi / Gob é uma plataforma *ad hoc* que pode ser rapidamente personalizada para as necessidades específicas de um país dentro de 2-3 semanas para fornecer uma solução digital do governo. Foi desenvolvido pela everis na nuvem da Microsoft como um meio de permitir o processamento eletrônico de transações públicas e facilitar a continuidade das operações durante essa interrupção drástica das interações pessoais. Um aspecto fundamental dessa parceria é o uso da nuvem para aumentar a eficácia e acelerar os processos de transformação digital no setor público.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-everis-ntt-data-and-microsoft-provide-governments-digital-solutions-during-covid-19>

Resposta do G20 e da OCDE à COVID-19

Luiz Eduardo Fonseca

A semana de 17 a 24 de junho não contou com eventos políticos de relevância ou mesmo recomendações ou ações pragmáticas. Tanto A OCDE quanto o G20 continuam com webinários e publicações de paper e pareceres específicos por tema. A medida que a pandemia dá sinais de esfriamento nos países centrais, diminuem as manifestações de organizações internacionais de maneira geral, embora a COVID19 esteja ainda em ascensão no mundo em desenvolvimento.

G20

Atividades do T20

15-17 de junho de 2020 – Oficina: Recomendações políticas para um Mundo Pós-COVID-19

<https://t20saudiArabia.org.sa/en/Events/pages/Policy-Recommendations-for-a-Post-COVID-19-World.aspx>

O objetivo da conferência foi patrocinar uma discussão de alto nível sobre desafios e oportunidades políticas decorrentes da pandemia COVID-19, refinar recomendações políticas do T20 e seus policy briefs associados, e garantir que o trabalho do T20 permaneça relevante em um mundo em rápida mudança. O evento teve sessões plenárias que avaliaram como levar adiante as prioridades de pesquisa T20, bem como sessões separadas para cada força-tarefa.

18 de junho de 2020 - 1º Grupo Focal de Curto Prazo em Energia (Encontro Virtual)

Não foi encontrado referência.

20 de junho de 2020 - Sinergias entre adaptação e mitigação em financiamento para mudanças climáticas

À medida que a adaptação e a mitigação são políticas internacionais e nacionais separadas, há também uma divisão nos recursos financeiros mobilizados pela comunidade internacional para ajudar os países em desenvolvimento a lidar com as mudanças climáticas. Dado que as atividades de mitigação podem beneficiar ou dificultar a adaptação, e vice-versa, promover atividades que contribuam para ambos os objetivos pode aumentar a eficiência da alocação de fundos e minimizar as compensações, particularmente em atividades relacionadas à terra, como agricultura e silvicultura.

OCDE

Os países da América Latina e Caribe precisam gastar mais e melhor em saúde para serem mais capazes de enfrentar efetivamente uma grande emergência de saúde como a COVID-19.

<https://www.oecd.org/health/latin-america-and-the-caribbean-countries-need-to-spend-more-and-better-on-health-to-be-better-able-to-face-a-major-health-emergency-like-covid-19-effectively.htm>

16/06/2020 - Os gastos com saúde na América Latina & Caribe (ALC) foram cerca de USD 1.000 por pessoa em 2017, apenas 1/4 do que foi gasto nos países da OCDE (ajustado para poder aquisitivo). Ao mesmo tempo, a capacidade dos sistemas de saúde também é consideravelmente menor, incluindo a capacidade de fornecer acesso a serviços de boa qualidade aos grupos mais vulneráveis. Além disso, muito se deve fazer para melhorar a eficiência, a efetividade e o direcionamento dos gastos com saúde. Enquanto a região da ALC está lutando para responder aos principais desafios da pandemia COVID-19, uma reflexão séria é necessária não apenas sobre como garantir mais financiamento, mas também sobre como gastar melhor os recursos, de acordo com um novo relatório conjunto da OCDE – Banco Mundial, a primeira publicação **Health at a Glance** inteiramente dedicada à região da ALC.

A média do gasto total em saúde entre os países da ALC foi de 6,6% do PIB, inferior aos 8,8% nos países da OCDE. Os gastos variaram de 1,1% na Venezuela para até 11,7% em Cuba e 9,2% no Uruguai em 2017.

Os gastos de governo e os seguros de saúde obrigatórios representam uma média de 54,3% dos gastos totais com saúde na ALC, significativamente inferior aos 73,6% da OCDE. Isso mostra que os sistemas de saúde na região da ALC são fortemente dependentes de despesas fora do bolso ou de seguros privados suplementares das famílias. Honduras, Haiti e Guatemala têm as maiores proporções de gastos privados, enquanto Cuba e Costa Rica têm as mais baixas.

Health at a Glance: America Latina & Caribe 2020

<https://www.oecd.org/health/health-at-a-glance-latin-america-and-the-caribbean-2020-6089164f-en.htm>

Os sistemas de saúde da ALC tinham menos recursos e menos capacidade do que dos países da OCDE para enfrentar a pandemia COVID-19.

A má alocação dos gastos com saúde está diminuindo, se não continuar, o progresso em direção à cobertura universal de saúde ficará comprometido.

A qualidade da atenção à saúde na ALC é muito pobre.

Fatores chave, críticos e de risco para a saúde na ALC. Oito por cento das crianças menores de 5 anos e 28% dos adolescentes estão acima do peso.

Queda recorde do PIB do G20 no primeiro trimestre de 2020

<https://www.oecd.org/economy/g20-gdp-growth-first-quarter-2020-oecd.htm#:~:text=11%20June%202020%20%2D%20Following%20the,1998%2C%20according%20to%20provisional%20estimates.>

11 de junho de 2020 - Após a introdução de medidas de contenção do COVID-19 em todo o mundo, o Produto Interno Bruto (PIB) real na área do G20 caiu 3,4% no primeiro trimestre de 2020, a maior contração desde o início da série temporal, em 1998, segundo estimativas provisórias. Como comparação, o PIB caiu apenas 1,5% no primeiro trimestre de 2009, no auge da crise financeira.

Entre as economias do G20, as que introduziram medidas rigorosas de bloqueio mais cedo viram as maiores contrações do PIB no primeiro trimestre de 2020: China (menos 9,8%) e França e Itália (menos 5,3%, em ambos os países).

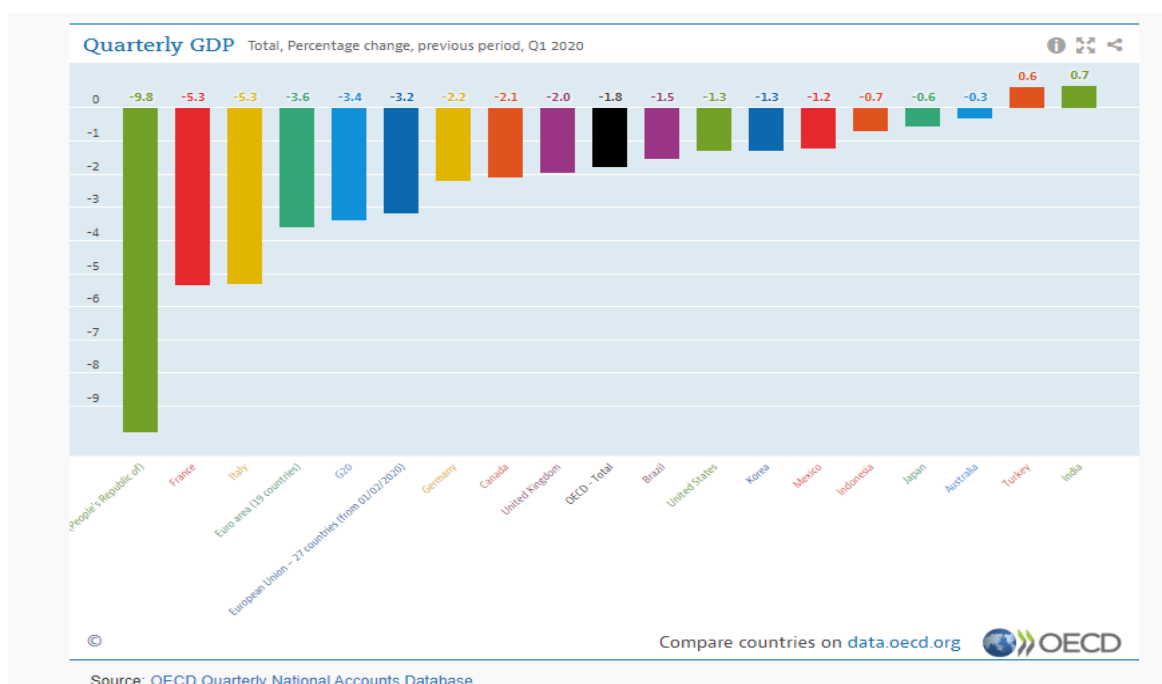
O PIB também caiu acentuadamente na Alemanha (menos 2,2%), Canadá (menos 2,1%) e no Reino Unido (menos 2,0%).

O PIB também contraiu no Brasil (menos 1,5%), nos Estados Unidos e na Coreia (menos 1,3%, nos dois países) e no México (menos 1,2%).

A contração foi menos pronunciada na Indonésia (menos 0,7%), Japão (menos 0,6%) e Austrália (menos 0,3%).

Índia (0,7%) e Turquia (0,6%) foram as duas únicas economias do G20 que registraram crescimento positivo no primeiro trimestre de 2020.

O PIB na área do G20 contraiu por menos 1,5% no primeiro trimestre de 2020, após crescimento de 2,8% no trimestre anterior. Entre as economias do G20, a Turquia registrou o maior crescimento anual (4,4%), enquanto a China registrou a maior contração anual (menos 6,8%).



Destaques

Economista-chefe da OCDE, Laurence Boone, explica como o COVID-19 moldará o panorama econômico - Podcast - 22/06/2020

<https://soundcloud.com/oecd/the-economy-is-on-a-tightrope-says-oecd-chief-economist-laurence-boone>

Profissionais de saúde e segurança nos cuidados crônicos durante a pandemia COVID-19

<http://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/workforce-and-safety-in-long-term-care-during-the-covid-19-pandemic-43fc5d50/>

A crise do COVID-19 colocou os holofotes no setor assistencial de cuidadores de longo prazo (LTC). Idosos e seus cuidadores foram desproporcionalmente afetados pela pandemia COVID-19. Muitos países da OCDE tomaram medidas para conter a propagação da infecção e mitigar seu impacto sobre grupos vulneráveis. No entanto, a crise da saúde está destacando e agravando problemas estruturais pré-existentes no setor de cuidados de longo prazo (LTC). Os profissionais de saúde/cuidadores experimentam condições de trabalho difíceis. Além disso, há incompatibilidades de habilidades, má integração com o resto dos cuidados de saúde e normas de segurança inadequadas ou mal aplicadas. Olhando para frente, mais investimentos em mão-de-obra e infraestrutura da LTC para garantir níveis adequados de pessoal treinado, com condições de trabalho decentes e priorizando a qualidade e a segurança do cuidado são necessários.

Webinar: Medindo a confiança do público após uma crise pandêmica e econômica – 22/6/20

<http://www.oecd.org/fr/gov/webinar-measuring-public-trust-after-a-pandemic-and-economic-crises.htm>

A confiança do público despencou após a recessão de 2009, e agora com a pandemia, dando origem a esforços para mapear, analisar e entender os principais fatores que impulsionam a confiança no governo e elaborar medidas adequadas para melhorá-la.

Resposta à COVID-19 na América Latina

Sebastián Tobar e Carlos Linger

Até 21 de junho, mais de 4,3 milhões de casos e quase 1,78 milhões de mortes pela COVID-19 foram registradas na Região das Américas.

Nossa região é diversa: temos um mosaico de situações dentro e entre países. Por exemplo, nos Estados Unidos, o número de casos e mortes diminuiu em algumas das áreas mais afetadas, como Nova York, mas elas estão aumentando na Flórida e no Texas. Atualmente, os Estados Unidos representam 51,27% de todos os casos das Américas.

O Brasil registra 24,42% de todos os casos e 22,53% de todas as mortes das Américas constituindo o que registra mais números de casos de América Latina.

Na comparação do relatório da semana anterior a esta, observa-se um crescimento dos números de casos em alguns países de América Latina e do Caribe.

Quadro Nº 1: América Latina: Casos Confirmados e Falecimentos al 22 de Junho de 2020

	País	Casos Confirmados	Falecimentos	Recuperados	População em Milés
Norte América	Canadá	101.019	8.410	63.488	37.742
	Estados Unidos	2.241.178	119.453	617.204	328.000
	México	175.202	20.791	131.686	128.933
Total Norte América		2.517.399	148.644	812.378	494.675
Sul América	Argentina	41.204	992	12.728	45.196
	Bolívia	23.512	740	5.086	11.501
	Brasil	1.067.579	49.976	520.734	212.559
	Chile	242.355	4.479	200.569	19.116
	Colômbia	65.633	2.125	25.494	50.883
	Equador	50.640	4.223	24.991	17.643
	Paraguai	1.379	13	871	7.183
	Peru	251.338	7.861	138.762	32.972
	Uruguai	859	25	815	3.474
Venezuela	3.790	33	835	28.436	
Total Sul América		1.748.289	70.468	930.891	691.644
Centro América	Belize	22	2	17	398
	Costa Rica	2.127	12	1.014	5.094
	El Salvador	4.629	98	2.535	6.486
	Guatemala	12.755	514	2.558	17.916
	Honduras	12.306	358	1.275	9.905
	Nicarágua	2.014	64	1.238	6.625
Panamá	25.222	493	14.359	4.315	
Total Centro América		59.072	1.541	22.996	37.742
Caribe e Islãs do Oceano Atlântico	Cuba	2.312	85	2.103	11.327
	Haiti	5.077	88	24	11.403
	República Dominicana	26.677	662	15.138	11.630
	Resto dos Países do Caribe Islãs y Territórios	11.693	283	2.823	10.901
Total Caribe e Islãs do Oceano Atlântico		45.759	1.118	20.088	45.261
TOTAL DE LA REGION DAS AMERICAS		4.370.519	221.7711	1.786.353	

Fuente: <https://ais.paho.org/hip/viz/COVID19Table.asp>. Acesso 21 de Junho de 2020

Embora a maioria dos casos na Região tenha sido relatada em grandes cidades, onde a desigualdade econômica e a densidade populacional alimentam a transmissão, os dados mostram uma tendência preocupante em direção à alta transmissão nas áreas de fronteira.

No Caribe, onde a maioria das ilhas não registrou aumentos significativos no COVID-19, continua crescendo o número de casos em Haiti e a República Dominicana, que compartilham uma fronteira comum.

A fronteira entre Costa Rica com a Nicarágua é uma outra área que tem experimentado um aumento do número de casos.

A Guiana Francesa passou de 140 para 2.441 casos em apenas um mês, período que coincide com o aumento da transmissão através da fronteira com o estado do Amapá, no Brasil, e também com o aumento de casos em países vizinhos como o Suriname.

Além disso, há transmissão em andamento nos estados do norte do Brasil, na fronteira com a Guiana e o Suriname; também na região amazônica, onde Venezuela, Brasil e Colômbia se encontram; e nas fronteiras entre Peru, Brasil e Colômbia.

Muito antes do COVID-19, essas áreas abrigavam grupos populacionais vulneráveis, que geralmente incluem grupos indígenas, comunidades remotas e migrantes (pessoas que viajam frequentemente para trabalhar, por razões familiares e em busca de novas oportunidades).

A maioria das cidades nas áreas fronteiriças não possui uma infraestrutura de saúde sólida e a qualidade do serviço e do acesso geralmente é baixa. Devido às instalações hospitalares limitadas, elas geralmente dependem de laboratórios com capacidade limitada e pequenas clínicas que atendem comunidades em grandes áreas de captação.

A pandemia do COVID-19 acentua essas vulnerabilidades, e o aumento da transmissão nessas áreas é motivo de grande preocupação e requer ação imediata.

Para conter a disseminação do COVID-19 e proteger os migrantes e outros grupos populacionais vulneráveis nas áreas de fronteira, os países devem trabalhar juntos para fortalecer a resposta à saúde em seus territórios e além-fronteiras.

Ações Diplomáticas na Região

Tendo como moldura o quadro epidemiológico que temos feito menção, na presente semana tem se reunido a XLVI Reunião Ordinária de Ministros do MERCOSUL, realizada por sistema de videoconferência, com a plena participação dos Estados Partes e a presença de alguns Estados Associados (Bolívia, Peru).

Depois de ter analisado a situação epidemiológica da região, com particular ênfases na Covid-19, Dengue e Sarampo. Nesse sentido, fez-se referência à importância de prestar atenção à Febre Amarela, devido às informações recebidas sobre casos de epizootias no Estado do Paraná Brasil, adjacentes às fronteiras com Paraguai e Argentina.

Os Ministros expressaram a relevância de continuar o trabalho conjunto e o intercâmbio de informações sobre a Covid-19 e outros eventos, bem como a importância de desenvolver ações coordenadas e compartilhadas com foco nas fronteiras, de modo a permitir que sejam abordadas por meio de medidas e critérios harmonizados.

Os Ministros lançaram a DECLARAÇÃO DE MINISTROS DE SAÚDE DO MERCOSUL SOBRE COVID-19. Trata-se de um documento que propõe:

- ✓ Intensificar a cooperação horizontal entre os Estados Partes do MERCOSUL, com uma abordagem multi setorial e em todos os níveis de governo, com o dom de conter e controlar a pandemia do COVID-19 e mitigar seus efeitos
- ✓ Incentivar a implementação efetiva da transferência de tecnologia e desenvolver a execução de acordos de licenciamento voluntário para permitir a rápida e eficaz disseminação mundial de vacinas, tratamentos e novas tecnologias desenvolvidas em resposta ao COVID-19, entendendo-os como bens públicos globais, considerando os critérios de equidade e solidariedade
- ✓ Desenvolver estratégias regionais para remover barreiras ao acesso a vacinas e tratamentos, especialmente aquelas causadas pelo efeito dos direitos de propriedade intelectual sobre os preços, entendendo as tecnologias de saúde desenvolvidas em resposta à pandemia como bens públicos globais
- ✓ Articular-se com as áreas técnicas pertinentes do MERCOSUL Saúde para o desenvolvimento de propostas harmonizadas de vigilância epidemiológica nas fronteiras, bem como de controle sanitário no caso de um processo de desescalada e reabertura gradual das fronteiras, levando em consideração o disposto no Regulamento Sanitário Internacional de 2005, Artigo 2 ° "Finalidade e Escopo"
- ✓ Apoiar iniciativas regionais destinadas a fortalecer as capacidades nacionais de resposta e recuperação da pandemia nos Estados Partes no MERCOSUL
- ✓ Reconhece o papel da OMS no enfrentamento da pandemia de COVID-19 e da Organização Pan-Americana da Saúde na região das Américas

Rede de Centros de Acolhimento Pre Hospitalar de Administração Compartilhada em duas Cidades da Fronteira do Mercosul para Pacientes da Covid-19

O Instituto Social do MERCOSUL encaminhou para os Ministros uma proposta de criação de uma Rede de Centros de Acolhimento Pre Hospitalar de Administração Compartilhadas para as fronteiras. A proposta começa considerando que, se permanecer a tempo, a situação do bloqueio trará grandes custos sociais e econômicos para os Estados membros do MERCOSUL. Nesse sentido, ele considera que o projeto contribuiria para gerar uma abertura ordenada, controlada e progressiva das fronteiras e que levariam em consideração a situação de saúde pública como o primeiro fator de risco. Esta proposta visa ajudar a resolver a abertura ordenada das fronteiras, garantindo um sistema compartilhado de controle de saúde do COVID-19.

A proposta considera que, se permanecer a tempo, a situação do bloqueio trará grandes custos sociais e econômicos para os Estados membros do MERCOSUL. Nesse sentido, ele considera que o projeto contribuiria para gerar uma abertura ordenada, controlada e progressiva das fronteiras e que levariam em consideração a situação de saúde pública como o primeiro fator de risco. Esta proposta visa ajudar a resolver a abertura ordenada das fronteiras, garantindo um sistema compartilhado de controle de saúde do COVID-19.

A proposta propõe a instalação de uma rede de administração compartilhada temporária do MERCOSUL para pacientes leves do COVID-19 por 6 meses, nas cidades gêmeas selecionadas da fronteira entre as cidades gêmeas do MERCOSUL:

- ✓ Foz do Iguaçu (Brasil) e Cidade del Este (Paraguai);
- ✓ Encarnação (Paraguai) e Posadas (Argentina).
- ✓ Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil);
- ✓ Concórdia (Argentina) e Salto (Uruguai)

Embora a proposta não tem sido acolhida como uma prioridade de todos os Estados partes, não tem dúvida que **as fronteiras e sua abertura de jeito apropriado resulta uma forte prioridade no marco da pandemia da Covid-19 para os Estados Parte do MERCOSUL.**

O desenvolvimento de arranjos institucionais para a vigilância e controle dos casos da Covid-19 deveriam ser retomados, mais o contexto federal de Argentina e Brasil impõem desafios adicionais para incorporar a todos os atores do nível Federal, Estadual e Municipal tanto setoriais como de outras áreas governamentais.

A CELAC e sua ação em saúde

Desde as Chancelarias dos países da CELAC vem se impulsionando a ideia de uma Agenda em Saúde. Os temas que tem se identificados como prioritários são:

- ✓ Monitoramento de Vírus e Bactérias pela resistência antibacteriana.
- ✓ Foro Ministerial Celac- China
- ✓ Rede de Expertos em Agentes Infecciosos e doenças emergências e ré emergenciais.
- ✓ Compras consolidadas.
- ✓ Assuntos de Saúde em relação a Covid-19 na América Latina e o Caribe

Em particular, em relação ao ponto de compras consolidadas, que se avançar em criar arranjos de coordenação de compras por parte dos países membros da CELAC em colaboração como parceiros extra regionais.

Uma das ideias é a criação de uma base de dados integrais para facilitar a compra em bloco a produtores.

O Ministro de Saúde de Argentina tem manifestado o desejo de liderar o tema das compras consolidadas, em virtude de ter experiência em relação a negociações regionais de preços de ARV.

Como já tem se colocado nos relatórios anteriores, o acesso aos os testes de diagnóstico, os medicamentos e os equipamentos de proteção pessoal tem sido um grande obstáculo para todos os países para lidar com a Covid-19.

IMPORTÂNCIA DOS BLOCOS REGIONAIS DA UNIÃO AFRICANA

As anteriores pandemias e surtos como o Ébola demonstraram a necessidade de melhores estruturas institucionalizadas e cooperativas que possam prestar contas, fornecer informações atempadas e estratégias coordenadas de gestão de crises.

Especialmente numa pandemia com uma nova doença com elevados níveis de transmissão e letalidade, a importância da coordenação e cooperação não pode ser subestimada - para compreender a doença, para elaborar políticas eficazes de atenuação da crise de saúde pública e, eventualmente, para contribuir na procura de uma vacina ou cura.

A criação do CDC África pela União Africana é um passo enorme para o continente ao proporcionar uma plataforma continental para coordenar a gestão das doenças infecciosas, mas mesmo com o CDC África e a OMS/AFRO em ação, há ainda um argumento a favor de uma maior coordenação e cooperação a nível regional. Uma vez que os casos da COVID-19 não estão repartidos equitativamente, representando o Norte e o Sul de África mais de 50% de todos os casos confirmados da COVID-19, seria impensável não recorrer aos **blocos econômicos regionais** a fim de adaptarem as iniciativas e estratégias global e continental aos diferentes países que compõem as **8 Comunidades Econômicas Regionais** oficiais que são os principais pilares da própria União Africana:

1. A União do Magrebe Árabe (UMA – Arab Maghreb Union)
2. **Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA – Common Market for Eastern and Southern Africa)**
3. Comunidade dos Estados do Sahel-Saara (CEN-SAD, Community of Sahel-Saharan States)
4. **Comunidade da África Oriental (EAC – East African Community)**
5. **Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS – Economic Community of Central African States)**
6. **Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS – Economic Community of West Africa)**
7. **Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD – Intergovernmental Authority on Development)**
8. **Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC – Southern African Development Community)**

Para os objetivos do CRIS/Fiocruz, os blocos econômicos mais importantes são 2, 4, 5, 6, 7 e 8 porque todos os Estados-membros dos blocos 1 e 3 já fazem integram a outros blocos.

I. MERCADO COMUM DA ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL (COMESA – COMMON MARKET FOR EASTERN AND SOUTHERN AFRICA)

O maior bloco regional com 21 Estados-Membros e 492,5 milhões de habitantes, o Secretariado publica regularmente o boletim: *Measures in COMESA Member States in Response to COVID-19*⁴.

⁴ <https://www.comesa.int/wp-content/uploads/2020/06/Measures-in-COMESA-MS-in-Response-to-Covid-19-Vol-11.pdf>

Esta publicação que vai na sua 11ª edição, inclui uma lista de medidas que os Estados-Membros do COMESA implementaram para conter a propagação do vírus. Abrangem a facilitação do comércio e o apoio às empresas, a proteção das pessoas vulneráveis do impacto da propagação do vírus e de outras medidas relevantes. Inclui também o apoio recebido das agências de cooperação internacional. Tendência sobre o número de casos notificados, os contatos dos pontos focais nos Ministérios da Saúde.

Os dados e informações são extraídos de briefings de imprensa de *taskforces* de monitorização da resposta nacional à COVID-19 e de outras fontes abertas.

II. COMUNIDADE DA ÁFRICA ORIENTAL (EAC – EAST AFRICAN COMMUNITY)

Uma comunidade de 6 Estados e 168,5 milhões de habitantes.

Uma Cúpula virtual de Chefe de Estado e de Governo, em maio, tomou decisões sobre abordagens regionais de resposta à Covid-19.

A região dispõe de um **Plano de Contingência Regional para as Epidemias (2018-2023)**⁵ e é o principal instrumento de cooperação e coordenação das emergências sanitárias nessa região

A região está também a fortalecer a sua capacidade de realizar testes, com a aquisição de laboratórios móveis, kits e materiais, a melhoria da vigilância e da apresentação de informes nos postos de controle fronteiriços.

III. COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA CENTRAL (ECCAS – ECONOMIC COMMUNITY OF CENTRAL AFRICAN STATES)

Esta Comunidade de 11 Estados e 158,3 milhões de habitantes, integra 3 PALOP (Angola, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe).

O Secretário Geral da ECCAS apresentou, por videoconferência, perante a Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas, o ponto da situação sobre a Covid-19 e estratégias de resposta regional contra a pandemia⁶. Com base na situação epidemiológica, referiu que o Estado-membro mais afetado ao momento é o Camarões com mais número de infetados e de óbitos. Também pontuou os Estados-membros estão preocupados pelas consequências económicas e sociais da crise pelo facto de serem dependentes de exportação de matérias-primas (petróleo, minerais, madeira e produtos agrícolas). Esses Estados são também dependentes de importações para garantir a segurança alimentar e nutricional. Por isso, a anulação da dívida e outras formas de alívio da dívida são agora necessárias para fazer face a esta crise.

A ECCAS tem a particularidade de possuir uma espécie de sub-bloco económico, a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), partilham uma moeda, o franco de África Central, o CFA, e uma agência especializada de saúde, a OCEAC – Organização de Coordenação e Cooperação contra as Grandes Endemias na África Central que coordena a resposta à Covid-19 no âmbito do Plano Sub-regional de Prevenção, Preparação e Resposta à Pandemia nos Estados-Membros da CEMAC aprovado pelos Ministros da Saúde deste sub-bloco da ECCAS, tendo sido mobilizados 152 milhões de dólares americanos para financiar projetos de combate à COVID-19.

IV. COMUNIDADE ECONOMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (ECOWAS – ECONOMIC COMMUNITY OF WEST AFRICA)

⁵ <file:///C:/Users/Augusto/OneDrive%20-%20FIOCRUZ/CRIS/COVID19/Regi%C3%A3o%20Africana/East%20African%20Community%20EAC/COVID%20-19%20RESPONSE%20PLAN.pdf>

⁶ <http://www.ceeac-eccas.org/index.php/fr/actualite/893-presentation-de-la-situation-sanitaire-liee-au-covid-19>

Com os seus 15 Estados, uma Comunidade de com 339,8 milhões de habitantes e dois PALOP. (Cabo Verde e Guiné-Bissau).

O Presidente da Comissão da CEDEAO teve uma reunião virtual com o Presidente da República Federal da Nigéria, escolhido pelos seus pares para coordenar as ações da CEDEAO sobre a resposta à Covid-19. O objetivo dessa reunião virtual era informar o Presidente da Nigéria sobre o que tinha sido feito desde a última Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, realizada em 23 de Abril de 2020, e as próximas medidas a tomar antes da 57ª Sessão Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, prevista para Julho de 2020.

O Presidente da Comissão da CEDEAO destacou as atividades dos três Comitês de Coordenação Ministerial sobre Saúde, Finanças e Transportes, Logística e Comércio. Informou que os relatórios individuais dos três Comitês de Coordenação Ministerial seriam consolidados num relatório que seria apresentado e possível utilização como documento de base para o relatório do Presidente da República na próxima Cúpula CEDEAO⁷.

Por último, o Presidente da Comissão fez um apelo à aprovação de um pedido da OOAS de apoio logístico relativo ao transporte aéreo de fornecimentos médicos críticos da Covid-19 para o centro regional em Abuja (capital da Nigéria), a partir do qual distribuídos aos outros Estados-Membros da CEDEAO.

Também houve uma reunião virtual do Comité de Coordenação dos Ministros dos Transportes, da Logística, da Livre Circulação e do Comércio da CEDEAO, criado no âmbito da luta contra a Covid-19, realizada em 12 de junho de 2020.

Os Ministros deliberaram, nomeadamente, sobre a harmonização das medidas destinadas a facilitar a abertura dos corredores comerciais e de transporte de equipamentos, material médico e pessoal humanitário envolvido na luta contra a Covid-19, o fluxo de bens essenciais e trabalhadores associados, bem como as modalidades de implementação da ação emergente⁸.

V. AUTORIDADE INTERGOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO (IGAD – INTERGOVERNMENTAL AUTHORITY ON DEVELOPMENT)

São os países do Corno de África (Djibuti, Etiópia, Eritreia, Quénia, Somália, Sudão do Norte, Sudão do Sul e Uganda) que desenvolvem iniciativas transfronteiriças não só para o enfrentamento da degradação ambiental com muito prolongadas secas, mas também para o grande número de campos de refugiados nas diferentes fronteiras comuns.

Os Ministros das Finanças da IGAD comprometem-se a contribuir para o Fundo de Emergência contra a COVID-19 e a União Europeia anunciou a criação de um pacote financeiro que incluirá assistência humanitária imediata e apoio ao reforço dos sistemas de saúde e à atenuação da crise económica⁹.

VI. COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC – SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY)

⁷ <https://www.ecowas.int/president-brou-briefs-ecowas-champion-on-the-fight-against-covid-19/>

⁸ <https://www.ecowas.int/ecowas-ministers-validate-reports-on-ease-of-business-and-coronavirus-control/>

⁹ <https://www.igad.int/2406-igad-finance-ministers-commit-to-contribute-to-emergency-fund-against-covid-19>

A SADC é composta de 16 países com 312,7 milhões de habitantes com 2 PALOP (Angola e Moçambique).

O impacto da Covid-19 sobre as cadeias de valor, com destaque para a cadeia de valor das pescas e aquicultura, é a matéria objeto de deliberação durante a reunião virtual dos Ministros de Tutela da Agricultura e Segurança Alimentar e das Pescas e Aquicultura;

A Comunidade analisa o estado atual da implementação das Diretrizes da SADC sobre a Harmonização e Facilitação das Operações de Transporte Transfronteiriço na Região, e sobre os esforços de mobilização de recursos empreendidos pelo Secretariado da SADC para o combate à Covid-19, dando ênfase à adoção de protocolos de testagem harmonizados, incluindo o reconhecimento mútuo dos resultados dos testes e o alcance de um acordo sobre o período de validade dos resultados dos testes.

No dia 18 houve uma **mesa-redonda virtual** com a ONU, ICGLR, SADC, UA, UNECA e parceiros regionais e internacionais (BM, BAD, FMI, entre outros) em apoio aos países da região dos Grandes Lagos sobre as ações coletivas de mobilização de recursos e apoio para enfrentar a pandemia da COVID-19 na região¹⁰.

Já está disponível em línguas inglesa e portuguesa o **Boletim nº 6 de SADC** de resposta regional à Covid-19¹¹.

¹⁰ [https://www.sadc.int/files/4815/9258/7257/PRESS_RELEASE -
UN and partners discuss collective actions for COVID-
19 in the Great Lakes region 00000003.pdf](https://www.sadc.int/files/4815/9258/7257/PRESS_RELEASE_-_UN_and_partners_discuss_collective_actions_for_COVID-19_in_the_Great_Lakes_region_00000003.pdf)

¹¹ [https://www.sadc.int/files/4215/9221/0144/BULLETIN_6-
SADC Response to COVID19 PORTUGUESE.pdf](https://www.sadc.int/files/4215/9221/0144/BULLETIN_6-SADC_Response_to_COVID19_PORTUGUESE.pdf)

Resposta da Europa à COVID-19

Ana Helena, Leticia, Ilka Vilardo

Na declaração desta semana, o Diretor Regional da **OMS/Europa**, Hans Henri Kluge, manifestou a preocupação da Organização com a preparação para o outono¹². Ele enfatizou que o risco permanece alto em muitos países, visto que devido à pandemia, a maior parte dos ODS foi ameaçado, os serviços para gerenciar doenças não transmissíveis foi interrompido na maior parte dos países europeus, os programas de rastreamento do câncer foram suspensos em vários países, os serviços nacionais de imunização também foram interrompidos em alguns países e a reabertura de escolas resultou em novas explosões no número de casos em diversos locais. É esperada uma temporada de gripe para o final do verão e, por isso, a vacinação de profissionais de saúde e pessoas com alto risco de influenza deve ser priorizada agora, para evitar mortes e reduzir a sobrecarga dos sistemas de saúde que também prestam assistência a pacientes com Covid-19.

A **Comissão Europeia** lançou um relatório informando que a velocidade com que cada economia irá sair da crise dependerá de suas estruturas demográficas¹³. Os países mais envelhecidos, como Portugal, terão processos mais lentos. A pandemia agravou os problemas já existentes provocados pelo acelerado envelhecimento, como a reduzida mão de obra disponível, a sobrecarga do sistema de saúde, as despesas públicas e os sistemas de pensões. É esperado que a Itália e a Alemanha também passem pelo mesmo processo.

Ainda no âmbito econômico, o **Conselho de Ministros** aprovou um decreto-lei que cria o Banco Português de Fomento (BPF), que ainda precisa da aprovação final da Comissão Europeia com relação à notificação de auxílios de Estado¹⁴. A criação desse Banco está prevista dentro dos planos do Programa de Estabilização Econômica e Social aprovado pelo Governo português na esfera do combate à crise econômica causada pela Covid-19. Assim, o BPF será mais um no conjunto de instrumentos de apoio ao desenvolvimento de empresas e poderá ter um papel de instituição financeira de fomento e de desenvolvimento econômico com um mandato atribuído pelo Estado português.

Epidemiologistas vêm alertando há algum tempo de que não é possível relaxar as restrições feitas devido ao coronavírus enquanto não houver uma **vacina** eficiente, segura e disponível a todos, tendo essa constatação sido comprovada essa semana na Alemanha, Bélgica e Grécia, onde surgiram novos focos da Covid-19¹⁵. O último relatório do **CDC Europa, Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças (ECDC)** recomendou que medidas como o trabalho remoto, a quarentena para quem teve contato com pessoas infectadas e os testes, devem ser mantidas em todos os países, independente da evolução da epidemia. Um exemplo dos novos focos foi Gottingen, na Alemanha, em que cem novas infecções foram confirmadas em um bloco de

¹² <https://www.euro.who.int/en/about-us/regional-director/statements/statement-preparing-for-the-autumn-is-a-priority-now-at-the-who-regional-office-for-europe>

¹³ <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/18-jun-2020/envelhecimento-do-pais-pode-atrasar-a-retoma-da-economia-12323386.html>

¹⁴ <https://www.dn.pt/poder/governo-aprova-banco-de-fomento-e-aguarda-decisao-de-bruxelas--12326635.html>

¹⁵ https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/06/alemanha-grecia-e-belgica-retomam-restricoes-parciais-apos-novos-focos-de-coronavirus.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

apartamentos, o que fez com que 700 moradores entrassem em quarentena pelas próximas duas semanas. A Alemanha ainda tem mais casos confirmados.

Matéria do **El País**¹⁶ repercute que a **Comissão Europeia está atenta à questão do acesso à vacina** contra a Covid-19 e **vai financiar etapas iniciais** de desenvolvimento junto à farmacêuticas europeias selecionadas para tentar evitar que alguns países europeus possam ter acesso à vacina, enquanto outros não. Bruxelas não quer uma corrida ou distribuição desigual da tão esperada vacina e, por isso, o Executivo da Comunidade financiará as pesquisas de algumas farmacêuticas em sua fase inicial, contribuindo para que as empresas não arquem sozinhas os elevados custos iniciais. Os projetos que receberão os aportes foram avaliados por técnicos, que levaram em conta critérios como rigor científico da pesquisa, a tecnologia empregada, a capacidade de produção em grande escala e o custo.

O financiamento funcionará como um contrato de compra antecipado. Mesmo ciente dos riscos envolvidos, a Comissão antecipa o pagamento e, uma vez pronta a vacina, os países da União Europeia terão direito a um certo número de doses¹⁷. A compra será feita de forma centralizada por Bruxelas através de instrumento denominado Prestação de Assistência Urgente, dotado com 2.7 bilhões de euros, e as doses serão distribuídas entre os 27 países membros, em função de suas necessidades.

A matéria põe em questão o fato do desenvolvimento da vacina ter se tornado não só uma necessidade sanitária para salvar vidas, como também o único elemento capaz de garantir que a economia não volte a sucumbir, depois de governos e bancos terem feito altos aportes para salvá-la. Para o jornal, quem tiver acesso à vacina, terá o poder de reabrir totalmente a economia.

O temor da UE é a restrição de acesso à vacina caso ela seja desenvolvida pela China ou EUA, mas também visa desativar manobras isoladas de alguns sócios, como a que aconteceu na semana passada, quando Alemanha, França, Itália e Países Baixos, firmaram acordo com o grupo farmacêutico AstraZeneca para obtenção de 300 milhões de doses da futura vacina, fato que não foi bem recebido pelos membros do bloco. A presidente da Comissão crê que a estratégia evita que se desenvolva uma competição entre Estados Membros, estendendo o enfoque comunitário para a intenção de que não seja um remédio para ricos e que os países menos desenvolvidos também possam vacinar as suas populações. A conferência de doadores impulsionada pela UE para assegurar um acesso igualitário à vacina já arrecadou 9.8 bilhões de euros e será relançada em 27 de junho para aumentar ainda mais o orçamento.

A Comissão quer uma vacina barata, segura e que possa ser rapidamente distribuída, estando disposta a diminuir “obstáculos burocráticos” que possam retardar o processo. Agilizará autorizações, flexibilizará a interpretação das normas de etiquetamento e envase e planeja suspender legislações relativas a Organismos Geneticamente Modificados, para não “atrapalhar” os trabalhos (aspas nossas).

A descoberta da vacina significa salvar vidas, meios de subsistência e bilhões de euros, estima a Comissão. A batalha pela vacina já ganha contornos geopolíticos como quando os EUA ameaçaram absorver a empresa farmacêutica alemã CureVac em março. O governo alemão

¹⁶ <https://elpais.com/sociedad/2020-06-17/bruselas-adelantara-dinero-a-las-farmaceuticas-para-tener-acceso-preferente-a-las-dosis-de-la-vacuna.html>

¹⁷ <https://elpais.com/sociedad/2020-06-17/bruselas-adelantara-dinero-a-las-farmaceuticas-para-tener-acceso-preferente-a-las-dosis-de-la-vacuna.html>

conseguiu conter a investida de Washington esta semana, tornando-se sua acionista, com uma injeção de 300 milhões de euros para levar 23% da empresa. O conflito ilustra a tensão geopolítica subjacente em torno da vacina: sua obtenção levará à primazia na vanguarda científica do planeta e acima de tudo, testará a verdadeira magnitude da cooperação internacional para fazê-la acessível a todos.

A mesma página traz notícia de que uma aliança europeia de centros científicos de elite emitiu duro comunicado criticando medidas descoordenadas para ganhar tempo a espera de um milagre científico, que acabe com o coronavírus. O grupo pede às autoridades europeias um orçamento 50% maior do que o proposto para o progresso científico.

No dia 19 de junho, **a reunião do Conselho Europeu** para discutir o fundo de recuperação econômica da Europa e o novo orçamento de longo prazo da UE terminou sem um acordo¹⁸. Apesar de os chefes de Estado e de Governo da União Europeia manifestarem consenso sobre a necessidade de uma resposta à altura da crise, ainda persistem grandes diferenças entre eles. As opiniões se dividem entre os “países frugais” (Áustria, Dinamarca, Suécia e Países Baixos) que defendem que é necessário discutir em que se gastará o dinheiro, como será distribuído e em quais condições, e os “amigos da coesão” (Portugal, Itália e outros) que querem discutir qual é a dimensão orçamentária adequada para que a Europa cumpra a sua agenda estratégica¹⁹. A previsão é que uma nova cimeira presencial, centrada em propostas concretas, seja convocada em meados de julho, quando a Alemanha estará na presidência do Conselho.

O fundo de recuperação prevê que os 750 bilhões de euros sejam financiados por meio do aumento temporário do teto orçamentário comunitário e da emissão de títulos de dívidas por Bruxelas, algo inédito na história da UE. Esses papéis seriam reembolsados aos investidores entre 2028 e 2058, com recursos do orçamento comunitário pós-2027. Para garantir que terá dinheiro para honrar os débitos, a Comissão Europeia propôs a criação de impostos sobre emissões de poluentes, multinacionais, produção de plástico ou grandes conglomerados de internet.

Se aprovado, esse também seria outro passo inédito na história da UE: até agora não existe nenhum imposto de âmbito europeu e a criação de taxas comunitárias faria avançar o processo de integração do bloco, especialmente no campo fiscal. Ao emitir dívida, a UE conseguiria dinheiro no mercado a juros mais baixos do que se alguns países fizessem de forma individual, como Itália, Grécia, Espanha e Portugal, já altamente endividados e com economias mais instáveis.

Segundo a Comissão Europeia, os recursos seriam repassados aos Estados-membros de duas formas: como simples contribuições sem necessidade de restituição (500 bilhões de euros) e como empréstimos (250 bilhões de euros). A resistência vem dos países do norte e do leste da UE, que defendem que os recursos sejam distribuídos apenas por empréstimos a serem restituídos²⁰.

¹⁸ <https://pt.euronews.com/2020/06/19/conselho-europeu-ainda-sem-acordo-sobre-plano-de-recuperacao-economica>

¹⁹ <https://www.dn.pt/poder/orcamento-da-ue-costa-disse-nao-a-proposta-em-nome-do-grupo-dos-amigos-da-coesao-11849208.html>

²⁰ http://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/mundo/noticias/2020/06/19/fundo-de-recuperacao-divide-paises-da-uniao-europeia_4ee890e0-3b99-4eb0-851b-a87498ba7f64.html

Nesta segunda, dia 22, líderes **europeus e chineses realizaram encontro bilateral** virtual. O primeiro-ministro chinês, Li Keqiang destacou a parceria estratégica entre China e UE, salientando que existe mais coisas para os dois lados cooperarem do que concorrerem e que o consenso é maior do que a divergência. Ele pede que se concluam neste ano as negociações em relação ao Acordo de Investimento China-UE e que cheguem a um consenso o mais rápido possível sobre o acordo de indicações geográficas. Li Keqiang promete que a China persistirá na abertura e se empenhará para criar um bom ambiente de negócios acessível às empresas de todos os países. Ele espera que a parte europeia também mantenha o comércio e o mercado de investimento abertos, minimizando as limitações de exportação à China²¹.

Já a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse em entrevista coletiva, que a União Europeia "ainda não fez o progresso desejado no acesso a mercados" da China, afirmando que a UE ainda trabalha para "garantir um campo de disputa justo" para empresas europeias no território chinês, citando questões como o papel das empresas estatais da China e pedidos europeus por maior transparência em subsídios e também na questão da "transferência forçada de tecnologia". Os direitos humanos também estiveram em pauta: "Para a UE, direitos humanos e liberdades fundamentais não são negociáveis", afirmou Von der Leyen. Segundo ela, a questão da lei de segurança nacional que a China deseja impor em Hong Kong esteve em discussão. Essa imposição seria uma ameaça ao modelo "um país, dois sistemas" atualmente em vigor na região, conforme um acordo internacional. "A China enfrentará consequências se impuser lei de segurança nacional em Hong Kong", advertiu. A presidente da Comissão Europeia também disse que as duas partes concordaram em manter a "solidariedade mútua" na questão da pandemia da Covid-19, lembrando que os europeus ajudaram com o envio de insumos de saúde num primeiro momento, depois a China fez o mesmo quando a doença se disseminou pelo continente europeu.

²¹ <http://portuguese.cri.cn/news/china/407/20200622/492282.html>

Resposta da Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio à COVID19

Lúcia Marques

Essa semana o olhar do mundo se voltou para as tensões entre **Índia e China** e o quê essa tensão pode significar para o futuro na nova ordem mundial. Há 45 anos não havia troca de tiros na área. Como a Índia vai se posicionar a partir de agora diante desse conflito pode desenhar dois ou três futuros possíveis com consequências para as relações com seus vizinhos, para as relações com o ocidente e para a própria tensão China X EUA. E o Primeiro Ministro, Modi ainda tem que lidar com o sentimento anti-China que cresceu em seu país. Até então, Índia tinha conseguido aproveitar o melhor dos dois mundos.

E o que era antes de tudo uma crise de saúde, além de crise educacional, econômica, de fome e pobreza, de desigualdades, é também de governança, de geopolítica.



Nessa equação de cenários futuros de curto, médio e longo prazo, a humanidade, de uma forma geral, também terá que se organizar para mitigar os riscos associados às futuras pandemias, às mudanças climáticas, inteligência artificial não gerenciada – o uso da tecnologia para monitoramento da pandemia cresceu sem regramento legal de privacidade.

Além disso, os impactos na economia/indústria globalizada – dependência de fornecedores distantes - vão exigir novas estratégias para o pós-pandemia, um melhor modelo de globalização: empresas manufatureiras locais com **globalização de serviços** - tecnologia e softwares para teletrabalho; telemedicina; tele robótica; computação em nuvem; comércio eletrônico, etc, que inclusive não são tão suscetíveis à restrições diretas de políticas, taxas sanções comerciais, por exemplo.²² A tecnologia 5G da China é fundamental e Índia é forte nos softwares.

Outro cenário que os governantes terão que enfrentar o quanto antes é a situação dos **trabalhadores migrantes e dos refugiados**, não só na Ásia-Pacífico e no Oriente Médio. E não dá para esperar o pós-covid - para muitos, é uma situação de vida ou de morte. Enfrentar esse problema que esteve negligenciado por tanto tempo é essencial; a pandemia mostrou que muitos serviços essenciais fundamentais são exercidos por trabalhadores migrantes – em todo o mundo. São médicos, enfermeiros, profissionais da saúde, motoristas de entrega, de empilhadeiras em portos e aeroportos, de T.I. de construção, de mineração, de áreas

²² <https://www.brookings.edu/opinions/what-covid-19-means-for-international-cooperation/>

rurais/agrícolas. Uma reforma nas regras de política de migração pode fazer com que tanto trabalhadores migrantes quanto refugiados se tornem ativos e não onerosos para os sistemas nacionais de saúde e seguridade social. Sem contar que podem contribuir com suas habilidades para a reconstrução do pós-pandemia.

Entre os dias 1 a 9 de julho acontecerá a **Cúpula Global da OIT sobre Covid-19 e o Mundo do Trabalho – construindo um futuro melhor**²³

Cenário diplomático, político, econômico e de segurança

Os movimentos estratégicos da **China e Índia** – os dois países mais populosos do mundo - quase lembram o Jogo War de estratégias para dominar o mundo – o mundo pós-Covid-19. Além da tensão na fronteira no Himalaia, com soldados mortos de ambos os lados, os movimentos da China nos países fronteirizos da Índia podem empurrar o país mais ainda em direção ao Ocidente (Europa e Estados Unidos). Mas uma disputa armada não interessa aos dois países. **Índia** está travessando uma crise sanitária e econômica seríssima provocada pela pandemia da covid-19. **China** enfrenta muitas tensões, entre elas: reivindicações por maior autonomia em Hong Kong; tenta estender suas possessões no Mar da China, construindo ilhas artificiais no Pacífico, para aumentar os limites de suas posses marítimas na região – região onde EUA mantém uma frota armada; briga diplomática/econômica/tecnológica com EUA.²⁴

Analistas veem as ações da China na fronteira como um esforço calculado para manter as aspirações da Índia sob controle. Pequim não quer particularmente que a Índia tenha sucesso; uma Índia mais fraca terá menos peso estratégico em sua própria vizinhança, permitindo que a China intervenha mais; e se envolverá menos em lugares como a África Oriental ou em instituições regionais.²⁵ - esses são os planos do Primeiro Ministro Narendra Modi, desde seu primeiro mandato: um papel mais musculoso para a Índia na região e no mundo.

Pequim vem se movimentando para cercar a Índia de todos os lados: Paquistão, Nepal, Butão, por exemplo. Paquistão, rival da Índia, assiste o conflito no Himalaia na primeira fila e se beneficia de investimentos chineses em infraestrutura – investimentos esses que fazem parte de um projeto ambicioso chinês: a Rota da Seda (BRI, em inglês)²⁶ No Nepal, o investimento chinês, no âmbito da BRI, inclui a construção e modernização de rodovias e aeroportos, facilitando a interligação do Nepal com o exterior – Nepal não tem litoral. O Butão, antigo aliado indiano – mas não tão amigo - e encravado entre Índia e China, se mantém em silêncio, pois tem muito a perder num possível conflito armado, tanto com perdas de vidas quanto ver suas aspirações comerciais com a China serem atrapalhadas.

Já a **Índia**, este mês, assinou um importante acordo de defesa com a Austrália, que permite que os dois países usem as bases militares um do outro. Índia espera participar de exercícios navais que a Austrália realiza com o Japão e os Estados Unidos, para fortalecer os esforços do chamado

²³ https://www.ilo.org/global/topics/coronavirus/events/WCMS_747476/lang--en/index.htm

²⁴ <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/17/Por-que-China-e-%C3%8Dndia-entraram-em-conflito-no-Himalaia>

²⁵ https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2020/06/20200618_TheCurrent_Madan_transcript.pdf Tanvi Madan, diretor do Projeto Índia da Brookings Institution

²⁶ Também conhecida como *One Belt, One Road*, a iniciativa Belt and Road (BRI) é uma ambiciosa estratégia de desenvolvimento adotada pelo governo chinês que [visa](https://climainfo.org.br/2019/04/25/china-iniciativa-belt-and-road-bri-verde/) reviver antigas rotas de comércio por meio de uma rede de projetos de infraestrutura para a Ásia Central, o Sudeste Asiático, o Oriente Médio e a África. <https://climainfo.org.br/2019/04/25/china-iniciativa-belt-and-road-bri-verde/>. A Fiocruz aderiu à ANSO, aliança dos Institutos de Pesquisa e Ciência da Rota da Seda em 2019.

Quad - Austrália, Japão, Estados Unidos e Índia - para combater a projeção marítima da China na região.

A campanha da Índia por um papel mais robusto nas organizações multinacionais tem tido sucesso: foi eleita sem oposição a um assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU e em maio, conquistou a presidência do conselho executivo da OMS, onde apoiou prontamente telefonemas para investigar as origens do coronavírus - uma investigação que a China lutou para bloquear. Índia usa o coronavírus para ser um contrapeso democrático para a China, à medida que os países se irritam com o tratamento da pandemia por Pequim. A pandemia também deu a Modi a chance de explorar a gigantesca indústria farmacêutica de seu país para fortalecer os laços diplomáticos, oferecendo aos países ajuda com medicamentos.

Resumindo cenários futuros possíveis para a Índia: 1 - deixar a China de fora e tirar proveitos de laços econômicos; 2 – fortalecer suas próprias capacidades militares, econômicas e, principalmente, de infraestruturas - mas que dependeriam de equipamentos, tecnologia e capital americanos, dos resultados das eleições para presidente do EUA e, caso reeleito, dos novos planos de Trump; 3 - reforçar a rede de parcerias na Ásia Pacífico com EUA, Austrália, França, Japão para juntos equilibrar a China. Um fator que pode influenciar é o forte sentimento anti-china que cresceu na população da Índia, que conta até com aplicativo.

Outro cenário estratégico que envolve a China é a geopolítica do Golfo ou do Mar vermelho: o estabelecimento de uma base militar em Djibuti, no chamado Chifre da África e investimentos em infraestruturas na região, como parte do projeto da Rota da Seda. A região do Mar Vermelho é região de redes de vias navegáveis entre Mediterrâneo e oceanos Índico e Pacífico, além das redes de linhas de comunicação em alto mar. Mas esse tema pode ficar para o próximo relatório, pois o Mar Vermelho permeia alguns dos principais conflitos atuais na Península Arábica

Conflito no Yémen - Governo iemenita e separatistas haviam concordado com o cessar-fogo: e iniciariam conversações na Arábia Saudita sobre a implementação de um acordo de paz. Após o anúncio, o movimento houthi, alinhado ao Irã, disse que lançou um grande ataque de mísseis e drones nas profundezas da Arábia Saudita, que atingiu o Ministério da Defesa e uma base militar em Riade, mas o reino saudita disse que bloqueou o ataque. 24 organizações humanitárias pressionam para que a coalizão seja novamente listada na lista negra global de partidos cujas ações mataram ou feriram crianças em conflito.

Cenário epidemiológico da semana

Os dados epidemiológicos da semana mostram o aumento significativo de casos da COVID-19 em todos os países das três regiões, inclusive com registro de novos casos em países que já estavam com a pandemia sob controle, como Nova Zelândia, Vietnã e já haviam flexibilizado as medidas restritivas. Com segunda onda em andamento, especialistas já falam de uma possível terceira onda.

Rússia e Índia ainda lideram a estatística negativa, seguidos do **Irã, Paquistão e agora Turquia** – com mais de 3 milhões de refugiados sírios (dados de 22/06, JHU²⁷). **Nova Délhi** contribuiu imensamente para o salto no número de casos na Índia. O governo central orientou a todos os estados que reproduzissem as melhores práticas implementadas por **Karnataka** (7.944 casos e 114 óbitos), no sul do país. As medidas incluem rastreamento abrangente de contatos – para as autoridades, o rastreamento de contatos é um componente crítico para conter a epidemia e garantir que a infraestrutura de saúde não fique sobrecarregada. Karnataka ampliou a definição de 'contato' para incluir tanto os contatos de alto risco quanto os de baixo risco

²⁷ Johns Hopkins University

<https://www.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>

Arábia Saudita suspendeu o toque de recolher neste domingo em todo o país e retoma atividades econômicas. Restam restrições, no entanto, para peregrinações religiosas, viagens internacionais e reuniões sociais de mais de 50 pessoas.

O governo do **Irã** enfrenta a pior crise socioeconômica nos últimos dois anos e pode enfrentar protestos em meio a pandemia, pois a crise na saúde pública ganhou outros fatores com o agravamento das sanções americanas. O Irã é um dos países que optou por salvar a economia e não salvar vidas. O Majlis Research Center, do Parlamento Islâmico, informa que o número de mortos deve ser 80% maior e que o número de casos pode ser de 8 a 10 vezes maior – ¼ da população usa o transporte público.

No **Kuwait**, segue toque de recolher à noite. Máscaras continuam obrigatórias no Irã, Kuwait, Qatar e Israel, com punição de prisão. Aplicativos móveis seguem sendo usados para rastrear os casos e contatos.

China, que vinha mantendo a pandemia sobre controle, registrou um aumento de quatro mil casos novos

OMS Região Ásia Sudeste*					
País	26/05(óbitos)	01/06 (óbitos)	07/06 (óbitos)	12/06(óbitos)	22/06 (óbitos)
Índia	146.488 (4.187)	191.327 (5.413)	273.443 (7.700)	297.535 (8.498)	495.282 (13.699)
Indonésia	23.165 (1.418)	26.940 (1.641)	33.076 (1.923)	36.406 (2.048)	46.845 (2.500)
Tailândia	3.045 (58)	3.082 (57)	3.121 (58)	3.129 (58)	3.151 (58)
Bangladesh	36.751 (522)	49.534 (40)	71.675 (4.638)	81.528 (1.095)	115.786 (1.502)
OMS Região Pacífico Ocidental					
China	84.502 (4.638)	84.150 (4.638)	84.195 (4.638)	84.220 (4.638)	88.573 (4.639)
Rússia	362.342 (3.807)	414.878 (4.855)	484.630 (6.133)	510.761 (6.705)	591.465 (8.196)
Coreia do Sul	11.125 (269)	11.503 (271)	11.853 (274)	12.003 (277)	12.438 (280)
Austrália	7.133 (102)	7.221 (102)	7.267 (102)	7.290 (120)	7.474 (102)
Japão	16.581 (830)	16.787 (900)	1.7.111 (920)	17.250 (924)	17.813 (955)
Singapura	32.343 (23)	35.292 (23)	38.514 (25)	39.850 (25)	42.313 (26)
Nova Zelândia	1.507 (21)	1.504 (22)	1.504 (22)	1.504 (22)	1.513 (7)
Taiwan	441 (7)	442 (7)	443 (7)	443 (7)	446 (7)
Vietnam	327 (0)	328 (0)	332 (0)	333 (0)	349 (0)
OMS Região Mediterrâneo Oriental					

Irã	139.541 (7.508)	154.445 (7.878)	175.927 (8.425)	182.525 (8.659)	207.525 (9.742)
Paquistão	57.705 (1.197)	72.460 (1.543)	108.317 (2.172)	125.933 (2.463)	181.088 (3.590)
Arábia Saudita	74.795 (399)	85.261 (503)	108.571 (783)	119.942 (893)	161.005 (1.307)
Emirados Árabes	31.086 (253)	34.557 (264)	39.904 (283)	41.499 (287)	44.925 (302)
Qatar	47.207 (28)	58.433 (40)	71.879 (62)	76.588 (70)	88.403 (99)
Afeganistão	11.831 (220)	16.492 (270)	21.459 (384)	23.546 (446)	29.143 (446)
Kuwait	22.575 (172)	27.762 (220)	33.140 (299)	34.952 (285)	40.291 (330)
Israel	16.743 (281)	17.106 (285)	18.268 (392)	18.795 (300)	20.869 (307)
Turquia	157.814 (4.369)	163.942(4.540)	171.121 (4.711)	175.218 (4.778)	187.685 (4.950)
Síria	58 (4)	122 (5)	144 (6)	164 (6)	219 (7)
Yémen	184 (44)	323 (80)	496 (112)	632 (139)	941 (256)
Iraque	4.632 (163)	6.439 (205)	14.268 (392)	17.770 (496)	30.868 (1.100)

Obs.: As regiões somam juntas mais de 70 países, mas, para análise, o recorte foca os países com maior número de casos ou com melhores resultados de ações tomadas pelas autoridades nacionais.

Resposta da China à COVID19

André Lobato

DIPLOMACIA

- Processadores de frango, nos EUA, e porco, na Alemanha, tiveram importações suspensas pela China. Na Alemanha, abatedouros foram responsáveis pela mais que duplicação da transmissibilidade do vírus.
- A embaixada em Pequim recebeu, do órgão aduaneiro chinês, pedido para que os frigoríficos brasileiros monitorem e reportem casos na linha de produção.
- Produtores de genéricos da União Europeia estão preocupados com o plano de substituição de importação de fármacos. 90% dos ingredientes vem da Índia e, principalmente, da China.
- Comissão Europeia e Premier chinês fizeram conferência virtual China-UE.
- "Foi altamente política", diz trecho de relatório de inteligência canadense sobre a prisão de Meng Wangzhou, da Huawei.

SANITÁRIA

- Catálogos de planos de saúde provinciais passarão a contar com testagem nucleica para covid-19. Objetivo é aumentar a escala desse tipo de teste.
- Beijing dobra capacidade de testagem para mais de 230 mil por dia. São 124 instituições: 20 centros de controle de doenças, 73 hospitais e 31 laboratórios médicos. Identificou-se uma vertente (com a proteína D614G) que circulava na Europa em fevereiro.
- Nova fase da batalha judicial entre Illumina (EUA) e BGI (China), as gigantes do sequenciamento genético. Um juiz da Califórnia vetou a participação da chinesa nos EUA. A BGI pensa em recorrer. Veja seu laboratório inflável: youtu.be/V3PjJ_tZSc
- Os 10 milhões de vestibulandos chineses farão provas 7 e 8 de julho de acordo com suas classificações de risco epidemiológico. Controle de temperatura, salas especiais, distância social e uso de máscara estão entre as medidas que devem ser planejadas e executadas por diferentes níveis de autoridade.

SOCIOECONÔMICA

- Um ano após a exclusão do mercado de apps da Android/Google, a Huawei vê as vendas de celular despencarem nos mercados dominados pelas empresas dos EUA (quase todos). Xiaomi e Vivo, aceitas pelo Google, crescem.
- A Lei de Segurança Nacional de Hong Kong pode ser aprovada nas próximas semanas. A ilha foi "devolvida" em 1º de Julho de 1997. Entre os possíveis pontos, um Escritório do Comissariado de Segurança Nacional e quem poderia julgar os casos de segurança nacional – juízes estrangeiros estariam incapacitados.
- Li Keqiang, o premier, pediu "sacrifício" nos lucros financeiros. A já anunciada diminuição de compulsórios bancários para estimular a liquidez deve vir acompanhada de um corte estimado em ¥ 1,5 trilhões em lucros financeiros este ano. Menos juros, menos taxas e mais renegociações, pediu. Em 2019, os bancos comerciais lucraram ¥ 2 tri.
- American Express e JP Morgan, respetivamente, preparam-se para ofertar métodos de pagamento e serviços em mercados futuros.

OBS: Wang Dingguo fugiu do marido que a comprara cinco anos antes e aos 21 anos começou a Longa Marcha. Atriz e soldada, perdeu um dedo, tomou dois tiros, revolucionou a China e morreu aos 107 na terça-feira passada (9).